



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026

Código UASG: 090027

PAe/SEI nº 0029423-90.2023.4.01.8000

O **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**, por intermédio da Pregoeiro designado pela [Portaria Diges n. 282, de 6 de maio de 2026](#), torna pública a abertura de procedimento licitatório na modalidade **Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento de MENOR PREÇO, sob o regime de empreitada por preço unitário, modo de disputa ABERTO E FECHADO**, a ser realizado por meio de tecnologia da informação, obedecida aos preceitos da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, bem como demais normas que regem a matéria, subordinando-se às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de telefonia VoIP e plataforma PABX em nuvem, com portabilidade numérica; ligações locais e nacionais ilimitadas; e ligações internacionais e locação de aparelhos telefônicos e de softphones sob demanda, para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, conforme as condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data: 01/06/2026

Horário: 14:00 horas (horário de Brasília)

Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, e que estiverem devidamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal

(<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.2 - O credenciamento junto ao **Portal de Compras do Governo Federal** implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.3 - A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas declarações, propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu no de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 - A licitante deverá manifestar, em campo próprio do Portal de Compras Federal:

a) o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

b) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação;

c) que não emprega menor;

d) **que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/91, quando for o caso (Favor consultar a regularidade da empresa antes de declarar no sistema o cumprimento da exigência constante do inciso IV, art. 63 da Lei 14.133/2021 <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>);**

e) que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT, quando for o caso;

f) que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

g) que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, com alterações, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei, quando for o caso.

3.4.1 – A falsidade da declaração de que trata a letra “a” sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

3.5 - Não será permitida a participação de empresas:

a) que **estejam sob pena de interdição de direitos** previstos na **Lei nº 9.605, de 12.02.1998 (Lei de Crimes Ambientais)**;

b) controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

c) que se encontrem sob falência, concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação;

c.1) Na hipótese de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, a participação dependerá de comprovação, respectivamente, da concessão ou da

homologação do plano de recuperação pelo juízo competente, bem como do atendimento aos requisitos de qualificação econômico-financeiro previstos neste edital.

d) suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93, observando o inciso III, art. 14 da Lei 14.133/2021;

e) suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com a União nos termos do art. 156, inciso III, da Lei 14.133/21;

f) impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º, da Lei nº 10.520/02, observando o inciso III, art. 14 da Lei 14.133/2021;

g) declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei 8.666/93, observando o inciso III, art. 14 da Lei 14.133/2021 ou nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei 14.133/21;

h) proibidas de contratar com o Poder Público, em decorrência de condenação definitiva com fundamento no art. 12, da Lei 8.429/1992 (consulta ao banco de dados do CNJ: Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade – CNCIAI).

i) suspensas ou que tenham interdição parcial de suas atividades, nos termos do art. 19, da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), evidenciada em consulta ao banco de dados do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

j) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste Tribunal ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

k) que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.6 - O impedimento ou suspensão de que tratam as alíneas "d", "e", "f", "g" e "i" do subitem 3.5, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7 - Incluem-se, na vedação estabelecida no subitem anterior, as hipóteses previstas nos incisos I e II, art. 14º, da Lei 14.133/21.

4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1 – A licitante interessada em participar do Certame deverá registrar sua proposta com a **descrição completa do objeto ofertado e valor total global para 05 (cinco) anos de contratação, com apenas duas casas decimais**, exclusivamente por meio eletrônico, no **síte** <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, a partir da data da liberação deste Edital no Portal de Compras Governo Federal, até a data e hora de abertura da Sessão Pública.

4.2 – Na formulação da proposta, as licitantes devem observar as seguintes condições:

a) redigir sua oferta em português, sem emendas, rasuras, cotações alternativas ou entrelinhas, fazendo constar nome e o número do seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) indicar de modo claro e inequívoco o número deste Pregão, o dia e hora da realização da sessão pública, bem como os seguintes dados da licitante: endereço, e-mail, telefone, **nome do representante legal da empresa**, responsável pela assinatura do contrato, em caso de participação com empresas reunidas em consórcio, prever na proposta a empresa líder;

c) conter especificações claras e detalhadas dos serviços, com indicação das marcas e modelos dos aparelhos telefônicos (locação sob demanda) e softphones (licenciamento sob demanda), obedecidas às condições contidas neste Edital e seus Anexos;

d) consignar **o preço unitário, mensal, anual, e total para 05 (cinco) anos de contratação**, conforme Modelo de Proposta de Preço constante do Anexo II deste Edital, adequando-os ao último lance ofertado ou valor negociado. Observe-se que **os lances deverão ser ofertados pelo valor global quinquenal proposto**, com no máximo duas casas decimais;

e) informar o prazo de **validade da proposta**, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contado do dia útil imediatamente posterior ao indicado no item 02 deste Edital;

f) declarar na proposta que:

f.1) de acordo com a condição da empresa, que não está sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº 9.605, de 12.02.98 (Lei de Crimes Ambientais);

f.2) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho

infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

f.3) sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

f.4) não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, **vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Judiciário, nos termos do inciso VI e do §3º, do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016, bem como, aqueles com vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;**

g) incluir, no preço ofertado, todos os custos decorrentes da contratação, independentemente, dos previstos neste Edital, tais como: transporte, mão de obra, impostos, lucros, tributos, auxílios, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, fretes, taxas e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, na forma prevista neste Edital.

4.3 - A participação no Certame com o registro da proposta, implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, não se lhe reconhecendo o direito à arguição de omissões, enganos ou erros posteriores que encerrem a pretensão de alterar o valor ofertado.

4.4 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outras que contrariem este Edital, salvo no que tange aos preços ofertados, que poderão ser reduzidos no curso da fase de lances do Certame.

4.5 - Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar **deverá encaminhar, no prazo máximo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação, exclusivamente via sistema eletrônico, em formato digital, no Portal de Compras do Governo Federal, por meio da opção “Enviar Anexo”, **a proposta de preços, elaborada conforme exigido no subitem 4.2 acima, ajustada ao valor do lance ou da negociação**, bem como, **documentos complementares reputados necessários, mercê de eventuais particularidades reconhecidas pelo Pregoeiro.**

4.6 - A pedido da licitante, via chat e justificadamente, o prazo concedido para envio

do anexo a que se refere o subitem 4.5 poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, levando-se em conta o interesse deste Tribunal, a justificativa e a razoabilidade do pleito.

4.7 - A licitante que **deixar de enviar** a proposta indicada no subitem 4.5, no prazo estipulado, sem que tenha apresentado justificativa aceita pelo Pregoeiro, nos termos do subitem anterior, **terá sua proposta recusada e sujeitar-se-á à aplicação de penalidade**, na forma do subitem 12.4.2 deste Edital.

4.8 - Durante a análise da aceitação e habilitação, na hipótese de serem detectados erros ou falhas sanáveis nas propostas ou nos documentos de habilitação apresentados, o Pregoeiro poderá determinar à licitante vencedora os respectivos ajustes ou complementos, nos termos do §1º, art. 64, da Lei 14.133/21.

5 – DA ABERTURA DA SESSÃO

5.1 - O Pregoeiro e sua equipe de apoio obedecerão, na execução dos seus trabalhos, aos trâmites e procedimentos estabelecidos nos subitens abaixo.

5.1.1 - No horário estabelecido no item 2 deste Edital, o Pregoeiro efetuará a abertura das propostas encaminhadas pelo sistema “PREGÃO ELETRÔNICO”, por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

6 – DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES – MODO ABERTO E FECHADO)

6.1 - Aberta a etapa competitiva (sessão pública), as licitantes poderão encaminhar lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.2 - Os lances deverão ser formulados pelo **VALOR TOTAL GLOBAL PARA 05 (CINCO) ANOS DE CONTRATAÇÃO**.

6.3 - Os lances oferecidos pela licitante deverão ser inferiores ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

6.4 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverão ser de no mínimo de 1%.

6.5 - A licitante poderá ofertar lances iguais ou superiores aos de outras proponentes (lance intermediário), desde que estes sejam inferiores ao último lance ofertado por ela própria.

6.6 - A licitante poderá uma única vez, **excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema**, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.7 - No modo de disputa aberto e fechado, a oferta de lances terá a duração de **15 (quinze) minutos**. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances. A partir desse marco, transcorrerá período aleatoriamente determinado de até dez minutos, que finalizará, automática e peremptoriamente, a recepção de lances.

6.8 - Encerrado o prazo de que trata o subitem 6.7, o sistema abrirá a oportunidade para que a licitante da oferta de valor mais baixo e as proponentes com valores até 10 (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

6.9 - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 6.8, as licitantes detentoras dos menores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

6.10 - Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.8 e 6.9, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

6.11 - Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, motivadamente, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.10.

6.12 - Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.8 a 6.10, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.13 - Após o início da fase competitiva, em caso de empate entre duas ou mais propostas, mesmo que sejam propostas iniciais, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/21.

6.13.1 – Caso permaneça o empate, após as iniciativas previstas acima, o sistema retornará a disputa final, para fins de desempate, não havendo desempate, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, a ser realizado em ato público, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, nos termos do §2º, art. 28 da IN Seges 73/2022.

6.14 - Durante o transcurso da sessão pública, o Pregoeiro poderá enviar mensagens, via *chat*, às licitantes, que só poderão se comunicar com o Pregoeiro por iniciativa deste, após o encerramento da fase de lances.

6.15 - No caso de desconexão, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.16 - Se a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente

decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 - É vedada a desistência de proposta ou de lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no art. 156, da Lei 14.133/21.

7 — DOS CRITÉRIOS DE PREFERÊNCIA E DE DESEMPATE

7.1 - Encerrada a fase de lances, o sistema identificará a existência de Microempresa e Empresas de Pequeno Porte - ME/EPPs no Certame e fará uma comparação entre os valores por elas ofertados e o da primeira colocada, caso esta não seja ME/EPP.

7.2 - Será considerado empate quando uma ou mais ME/EPPs apresentarem propostas com valores iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, ocasião em que a(s) ME/EPP(s) terá(ão) a preferência do desempate na ordem de classificação.

7.3 - A ME/EPP mais bem classificada, na faixa dos 5% da proposta de menor preço, terá o direito de, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada para o desempate, sob pena de decair do direito concedido.

7.4 - Na hipótese do subitem 7.3, caso a ME/EPP convocada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o Sistema convocará as demais ME/EPPs participantes na mesma condição, na ordem de classificação.

7.5 – Caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento previstas na Lei 14.133/21.

8 - DA AVALIAÇÃO DE PROPOSTA E DE HABILITAÇÃO APÓS FASE DE LANCES

8.1 - Superada a fase de lances, o Pregoeiro procederá ao exame de proposta e de habilitação.

8.2 - Após negociação, por meio do sistema eletrônico, com a licitante autora da melhor proposta, nas mesmas condições previstas em Edital, e não se obtendo preço compatível com o valor estimado para a contratação, o Pregoeiro recusará a proposta e direcionará contraproposta à licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a obtenção do preço julgado aceitável;

8.3 - Obtida uma proposta de preços julgada aceitável e concluída a fase competitiva, o Pregoeiro consultará a base de dados do SICAF para verificar o preenchimento dos requisitos habilitatórios fixados neste Edital;

8.4 - Constatado o desatendimento, pela licitante, de qualquer dos requisitos de habilitação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento

das exigências habilitatórias por parte das remanescentes, até a apuração de uma proposta que atenda aos termos deste Edital.

8.5 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior, nos termos do §9º, art. 39 da IN SEGES/ME 73/2022.

8.6 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação e não havendo quem pretenda recorrer, o processo licitatório será encaminhado à Autoridade Superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.7 - Manifestando, qualquer das licitantes, a intenção de recorrer, e caso esta seja aceita, o processo somente será encaminhado para adjudicação e homologação do resultado após o transcurso da fase recursal.

8.8 - Caso entenda necessário examinar, mais detidamente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como, o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes, a data e o horário de reabertura da sessão pública.

8.9 - O Pregoeiro e a Autoridade Superior do Tribunal Regional Federal da Primeira Região poderão pedir esclarecimentos e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação e sempre que julgarem necessário, fixando às licitantes prazos para atendimento.

8.9.1 – Quanto a diligência no caso de irregularidades identificadas no cumprimento da reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, conforme o art. 93 da Lei nº 8.213/91, serão aplicados os entendimentos dos Acórdãos 523/2025-TCU-Plenário e 148/2025-TCU-Plenário, na interpretação do Tribunal Superior do Trabalho no Recurso de Revista TST-RR-1002364-57.2016.5.02.0204, e no Parecer nº 452/2024/CGCOM/SCGP/CGU/AGU.

9 – DA HABILITAÇÃO

9.1 - Para habilitar-se na presente licitação, a licitante **deverá encaminhar, no prazo máximo de 02 (duas) horas**, contado a partir da solicitação pelo Pregoeiro, exclusivamente via sistema eletrônico, em formato digital, no Portal de Compras do Governo Federal, por meio da opção “Enviar Anexo”, os documentos que não estejam contemplados no SICAF, conforme a seguir:

- a)** Documentação de Habilitação Jurídica;
- b)** Documentação de Qualificação Técnica;
- c)** Documentação de Qualificação Econômico-Financeira; e
- d)** Documentação de Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista.

9.2 - A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

9.2.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, **com a última alteração**, Registro Empresarial, no caso de empresário individual ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU), devidamente registrado no órgão competente;

9.2.1.1 – Em quaisquer dos atos constitutivos, deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, **a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação**;

9.2.1.2 – Caso o Representante Legal não esteja indicado no Contrato Social ou Estatuto da Empresa, deverá apresentar procuração.

9.2.1.2.1 – São aplicáveis as regras do art. 3º da Lei 13.726/2018 relativamente à autenticação de documentos.

9.2.2 - Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

9.2.3 – Em se tratando de Cooperativas:

9.2.3.1 - Ata de fundação e documento que aprovou o Estatuto Social, devidamente registrado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede; e

9.2.3.2 - Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do art. 107 da Lei 5.764/1971.

9.2.4 - Em se tratando de empresas reunidas em consórcio:

9.2.4.1 - Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio subscrito pelos consorciados, por Escritura Pública ou Documento Particular, nos termos do art. 3º, da Lei 13.726/2018, com pelo menos o seguinte:

9.2.4.1.1 - Designação do consórcio e sua composição;

9.2.4.1.2 - Finalidade do consórcio;

9.2.4.1.3 - Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

9.2.4.1.4 - Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

9.2.4.1.5 - Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;

9.2.4.1.6 - Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução

do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

9.2.4.1.7 - Indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado;

9.2.4.1.8 – No Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio Compromisso, previsto no subitem 9.2.4.1, deve estar prevista as seguintes condições:

9.2.4.1.8.1 - que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido no subitem 9.2.4.1.3 deste Edital.

9.2.4.1.8.2 - que a substituição de consorciado previamente autorizada pelo Contratante estará condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

9.2.4.1.8.3 - acerca da responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

9.2.5 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3 - A **Qualificação Técnica** será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

Qualificação Técnico-Operacional

9.3.1 – **Autorização, concessão ou permissão expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL** ou outro documento oficial, que habilite a Licitante a **prestar o Serviço de Telefonia Fixa Comutada**, em conformidade com a legislação vigente.

9.3.2 - Registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

9.3.3 - Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Operacional – CAO emitida pelo conselho profissional competente, com dados e informações suficientes para comprovar que a execução de serviços

de telefonia corporativa baseada em tecnologia VoIP e plataforma PABX em nuvem.

9.3.3.1 - Somente serão aceitos atestados e cópias de contratos expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

Qualificação Técnico-Profissional

9.3.4 - Atestado(s) de Capacidade Técnico Profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado junto à entidade profissional competente, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), com dados e informações suficientes para comprovar que o(s) profissional(is) que será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pelos serviços tenha(m) executado serviços de telefonia corporativa baseada em tecnologia VoIP e plataforma PABX em nuvem.

9.3.5 - A licitante, **caso solicitado, em caráter de diligência**, deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando, cópia do contrato e/ou Notas Fiscais, dentre outros documentos idôneos necessários que deram suporte à contratação, contendo endereço atual da contratante e local em foram fornecidos os equipamentos e prestados os serviços.

9.3.6 - Para cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.3.6.1 - A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º ao 6º da Lei n. 5.764/1971.

9.3.7 - Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

9.3.7.1 - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio.

9.3.7.2 - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

9.3.7.3 - Na hipótese do subitem 9.3.7 deste Edital, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente

do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

9.4 – A qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante apresentação de Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

9.4.1 - Em se tratando de consórcios, deverá ser apresentada certidão negativa de falência de cada empresa consorciada, cujo exame ocorrerá separadamente.

9.5 - A Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista será comprovada mediante consulta, do Pregoeiro, ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, para verificação da validade dos documentos abaixo:

9.5.1 - prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, junto à Caixa Econômica Federal;

9.5.2 - prova de regularidade relativa à Seguridade Social, à Dívida Ativa da União e à Secretaria da Receita Federal, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e/ou Receita Federal do Brasil;

9.5.3 - prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

9.5.4 - prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quando se tratar de empresa sediada fora do Distrito Federal;

9.5.5 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.5.6 - Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.5.7 - Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.6 - Havendo irregularidade no cadastramento ou habilitação parcial no SICAF, será assegurado à licitante o direito de encaminhar a documentação atualizada constante dos subitens 9.4, 9.5.1 a 9.5.4, por meio da opção “Enviar Anexo”, do Portal de Compras do Governo Federal, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

9.6.1 - Caso a validade dos documentos citados nos subitens 9.3, 9.4.1 a 9.4.4, esteja vencida no SICAF, poderá o pregoeiro consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores das certidões, ou quaisquer outras certidões exigidas neste instrumento convocatório, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

9.7 – Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal da empresa, será assegurado o prazo constante do art. 43, § 1º, da Lei Complementar 123/2006, de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério do pregoeiro, a contar do momento em que se declarar o vencedor do certame, para a

regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.7.1 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

9.8 - Além da documentação descrita nos subitens anteriores, o Pregoeiro irá verificar a existência de registros impeditivos da contratação (Acórdão 1.793/2011 – Plenário–TCU), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ e Certidão negativa de licitante inidôneo, disponíveis na [consulta Consolidada do TCU](#) e consultará a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, criada pela Lei 12.440, de 07/07/2011, bem como, a Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social no Portal do Ministério do Trabalho e Emprego, prevalecendo a certidão mais recente sobre a mais antiga. Será realizada ainda, consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin, em caso de irregularidade será concedido prazo para regularização anterior a assinatura do contrato, considerando o art. 6-A, incluído pela Lei nº 14.973/ 2024.

9.8.1 - Havendo alguma restrição relativa aos registros da empresa, será facultado à licitante, o envio de documento que comprove que a situação já foi regularizada.

9.8.2 - O Pregoeiro verificará ainda, nos Portais da Transparência do Governo Federal e do Poder Judiciário, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante classificada, provisoriamente em primeiro lugar, relativas ao último exercício, ou ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data desta licitação, fixada neste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para o benefício do tratamento jurídico diferenciado, previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, nos termos do §2º, art. 4º da Lei 14.133/2021.

9.9 - Sempre que julgar necessário, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação do original dos documentos anexados no Portal de Compras do Governo Federal, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente Edital.

10 - DO JULGAMENTO

10.1 - O julgamento e a adjudicação do objeto desta licitação serão realizados pelo **menor preço TOTAL GLOBAL PARA 05 (CINCO) ANOS DE CONTRATAÇÃO**

10.2 - No julgamento desta licitação, levar-se-á em conta o valor ofertado pelas licitantes, devendo ser declarada vencedora aquela que, habilitada, seja também a autora do menor preço julgado aceitável pelo Pregoeiro.

10.3 - Serão desclassificadas/recusadas as propostas:

- a) com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis ou com valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero;
- b) que não atendam às exigências técnicas obrigatórias;
- c) elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e seus Anexos, observado o disposto no art. 59, do Lei 14.133/21;
- d) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas, ou que apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável;
- e) não anexadas nos termos do subitem 4.5 deste Edital.

10.4 - Serão *inabilitadas* as empresas:

- a) que não anexarem a documentação de habilitação, conforme estabelecido no subitem 9.1 deste Edital;
- b) que não atendam a algum requisito de habilitação, conforme exigido no subitem 9.1 deste Edital.
- c) com impedimentos ou irregularidades, nos termos do subitem 9.8 deste Instrumento.

10.4.1 - A proponente que *fizer indevida declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou quanto à reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social*, nos termos da alínea “d” do subitem 3.4 deste Edital, será inabilitada e sujeitar-se-á às penalidades previstas neste instrumento.

11 – DA CONTRATAÇÃO

11.1 - Será firmado contrato com a licitante vencedora, o qual terá por base os dispositivos da Lei nº 14.133/21, as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como as constantes da proposta apresentada pela adjudicatária.

11.2 - Após regular convocação por parte do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, a empresa adjudicatária terá prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o contrato, sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação e sujeitar-se às penalidades previstas no artigo 156, da Lei 14.133/21.

11.3 - O prazo fixado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a solicitação respectiva seja apresentada ainda durante o transcurso do interstício inicial, bem como que ocorra motivo justo e aceito pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

11.4 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidas, chamar as licitantes

remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para assinatura do Contrato, após comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação, podendo, ainda, revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 156, da Lei 14.133/21.

11.5 - Será exigida da licitante vencedora, prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, numa das seguintes modalidades, conforme opção da Contratada:

a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária; ou

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

11.6 - No caso da prestação de garantia na modalidade de caução em dinheiro, a Contratada deverá efetuar o depósito na Caixa Econômica Federal – CEF, Agência n. 2301 – PAB – Tribunal Regional Federal da Primeira Região, apresentando, logo em seguida, o comprovante ao Contratante.

11.7 - Em caso de apresentação de fiança bancária, deverá constar na carta de fiança, expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827 do Código Civil Brasileiro (Lei n. 10.406/2002).

11.8 – Na hipótese de opção pela modalidade seguro-garantia, observar-se-ão as disposições dos arts. 96, § 3º, e 97 da Lei 14.133/2021 e da minuta de contrato que compõe este Edital.

11.9 - No instrumento de garantia, deve estar assegurado, expressamente, que o garantidor tem ciência das respectivas cláusulas de sancionamento e que, em caso de penalidade imposta pelo Contratante, basta a apresentação da decisão final exarada no processo administrativo, para que o correspondente valor seja recolhido em favor do erário, na forma fixada pela Administração, independentemente de anuência, autorização ou manifestação da contratada.

11.10 - A apresentação do comprovante da garantia prestada deverá ser feita no prazo determinado no Contrato. **A opção pela modalidade seguro-garantia implica sua imediata providência após o ato de homologação do Certame.**

11.11 - A impossibilidade de celebração do contrato por falta da apresentação do seguro-garantia caracterizará recusa do ajuste, o que implicará incidência da multa de 10% sobre o valor total da proposta, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 12.1, alínea “c”, deste edital.

11.12 - As formas de pagamento, recebimento, obrigações das partes, penalidades contratuais e demais condições estabelecidas para o ajuste estão discriminadas na

minuta de contrato, parte integrante deste Edital.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156 da Lei 14.133/2021).
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.2 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 12.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo subitem.

12.3 - O atraso injustificado na prestação da garantia, conforme previsto no §3º, art. 97 da Lei 14.133/2021, na devolução do Contrato assinado sujeitará a licitante à multa diária de 0,1% (um décimo por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até o limite de 2% (dois por cento).

12.4 - Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

12.4.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.4.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, em especial quando:

12.4.2.1 - não enviar a proposta;

12.4.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.4.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.4.2.4 - apresentar proposta em desacordo com o Edital;

12.4.3 - não prestar a garantia, conforme previsto no §3º, art. 97 da Lei 14.133/2021 ou não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.4.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração;

12.4.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.4.5 - fraudar a licitação;

12.4.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.4.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.4.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.4.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.4.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

12.5 - A licitante que incorrer nas infrações previstas nos subitens 12.4.1, 12.4.2 e 12.4.3, ensejará na sanção prevista no subitem 12.1, alínea “c”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 12.1, alínea “b”.

12.6 - À licitante que cometer as infrações previstas nos subitens 12.4.4, 12.4.5, 12.4.6, 12.4.7 e 12.4.8, será aplicada a pena prevista na alínea “d” do subitem 12.1.

12.7 – O valor das multas poderá ser deduzido dos créditos existentes em favor da Contratada ou recolhido ao Tesouro Nacional, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (§8º, art. 156 da Lei 14.133/2021).

12.8 – A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.9 – O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

13 - DOS RECURSOS E DAS IMPUGNAÇÕES

13.1 - Logo após a aceitação da proposta e habilitação, qualquer licitante poderá, durante a Sessão Pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, para apresentar as razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após a divulgação da interposição do recurso. Observe-se que **os recursos deverão ser formalizados, exclusivamente, por meio eletrônico**, em campo próprio disponibilizado pelo Portal de Compras do Governo Federal.

13.2 - A falta de manifestação imediata da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem anterior, importará na decadência desse direito. A não apresentação das razões do recurso no prazo legal caracterizará desistência do recurso.

13.3 - Os recursos contra anulação ou revogação da licitação ou rescisão do contrato, poderão ser interpostos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que se verificar a intimação dos interessados.

13.4 - Os recursos contra aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, poderão ser interpostos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que se verificar a intimação dos interessados, nos termos do art. 166 da Lei 14.133/2021.

13.5 - O recurso de que tratam os subitens 13.1 e 13.3 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 - Qualquer pessoa que pretender impugnar os termos deste Edital deverá fazê-lo por meio de expediente escrito, dirigido ao Pregoeiro, exclusivamente na forma eletrônica, para o e-mail: dilit@trf1.jus.br, observada a antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, contados da data fixada para abertura da sessão pública.

13.7 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, a licitante que não o fizer no prazo previsto no subitem anterior, não revestindo natureza de recurso as alegações apresentadas por empresa que, tendo aceitado, sem objeção, o instrumento convocatório, venha, após julgamento desfavorável, alegar falhas ou irregularidades que o viciariam.

13.8 - A impugnação, feita tempestivamente, será decidida, pelo Pregoeiro, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do Certame.

14 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal Regional Federal da Primeira Região ou a ele provisionados, os quais serão discriminados na respectiva Nota de Empenho.

15- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica na plena aceitação das condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, bem como, do previsto na alínea "d" inciso II, art. 11 Lei nº 13.709, de 14.08/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

15.2 - O Tribunal Regional Federal da Primeira Região poderá adiar ou revogar a presente licitação, por interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, ficando, nesse último caso, desobrigado de indenizar, ressalvado o disposto no art. 149, do da Lei 14.133/21.

15.3 -As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

15.4 – Toda e qualquer comunicação/informação/notificação e envio de documentos (contrato, nota de empenho e demais documentos) à licitante será feita pelo e-mail cadastrado no Portal de Compras do Governo Federal, ou outro que o substitua, apontado formalmente em sua proposta.

15.4.1 – É de exclusiva responsabilidade da licitante o fornecimento e manutenção de e-mail atualizado.

15.4.2 – Em caso de inobservância do previsto no subitem 15.4.1, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação via postal/pessoal.

15.4.3 – Frustradas as tentativas na forma do subitem 15.4.2, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação da licitante mediante publicação na Biblioteca Digital do TRF1 da 1ª Região - BDTRF1, disponível no site do Contratante <https://sistemas.trf1.jus.br/dspace/handle/123/4>), para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses legais em que se determine publicação no Diário Oficial da União.

15.5 - Esse Instrumento Convocatório e eventuais alterações das suas condições, bem como informações adicionais, serão divulgadas no Portal deste Tribunal www.trf1.jus.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](#), ficando as licitantes obrigadas a acessá-las para ciência.

15.6 - Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura do Certame, exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: dilit@trf1.jus.br.

15.6.1 – Os pedidos de esclarecimentos, feitos tempestivamente, serão respondidos pelo Pregoeiro, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do Certame.

15.7 - ATENÇÃO: Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução PRESI SECGE 16, de 03/09/2014. Para tanto, **o representante da empresa vencedora, de que trata a alínea “b” do subitem 4.2 (DO ENVIO DAS PROPOSTAS)**, após a homologação do Certame, **deverá obrigatoriamente** cadastrar-se, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, no acesso externo do **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)** no endereço: https://sei.trf1.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0, **para assinatura do Contrato digital**, sob pena de aplicação das penalidades previstas nos subitens 12.3 e/ou 12.4.3 deste Edital.

15.7.1 - Após o cadastro no SEI, as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estipulados neste Edital.

15.8 – Maiores informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitações do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, localizada no 2º Andar do Ed. Sede III - SAS Quadra 01 Bloco C, Brasília/DF, CEP 70.070-900, telefones (61) 3410-3412 ou 3410-3417.

15.9 - Integram o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição, os seguintes Anexos:

ANEXO I – SÍNTESE DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO



Andamento do Certame acesse o QR Code

Brasília-DF, 15 de maio de 2026.

Victor Gabriel de Aquino e Silva
Pregoeiro



ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026

SÍNTESE DO TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de telefonia VoIP e plataforma PABX em nuvem, com portabilidade numérica; ligações locais e nacionais ilimitadas; e ligações internacionais; locação de aparelhos telefônicos e de softphones, sob demanda, para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, conforme as condições e especificações estabelecidas neste documento.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Motivação:

2.1.1. A contratação é necessária para garantir a continuidade e a modernização dos serviços de telefonia do TRF1, substituindo uma infraestrutura obsoleta, que opera em sua capacidade máxima, apresenta falhas recorrentes, demanda altos custos de manutenção e não atende mais às necessidades atuais de comunicação da instituição. O sistema atual limita a integração com outras tecnologias, impede a expansão de ramais e troncos telefônicos, e dificulta a adoção de recursos modernos como videoconferências, chamadas entre seccionais a custos reduzidos, controle de bilhetagem e mobilidade de estações de trabalho. Dessa forma, a contratação de uma solução moderna e eficiente é imprescindível para assegurar a comunicação institucional interna e externa com qualidade, segurança e economicidade, atendendo ao interesse público de manter serviços judiciais céleres, eficientes e acessíveis.

2.1.2. Ademais, a presente demanda teve origem nas determinações, orientações e diretrizes estabelecidas nos autos do processo nº [0016151-73.2016.4.01.8000](#) do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), datado de 11/08/2016. Nesse processo, recomendou-se a substituição da tecnologia utilizada na telefonia do Tribunal e de suas seccionais pelo sistema VoIP, preferencialmente com base em software livre.

2.1.3. A não contratação implicará a continuidade da utilização de uma infraestrutura obsoleta, com risco elevado de interrupção total dos serviços de telefonia em caso de falha dos equipamentos, o que impactaria diretamente a comunicação interna e externa do Tribunal, prejudicando o atendimento ao público, às seccionais e aos órgãos jurisdicionados. Persistirão ainda os altos custos de manutenção dos sistemas atuais, o comprometimento da segurança da informação, a impossibilidade de ampliação da rede de telefonia e a continuidade da

dependência de múltiplos contratos acessórios para garantir a operação mínima do serviço. Ademais, a indisponibilidade de peças e softwares para as centrais vigentes poderá tornar insustentável a continuidade dos contratos de manutenção, agravando o risco de descontinuidade abrupta dos serviços. Tais riscos, além de afrontarem o interesse público de assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços prestados pela Justiça Federal, tornam a adoção de uma solução VoIP integrada, moderna e economicamente viável uma medida urgente e imprescindível à manutenção da atividade jurisdicional e ao atendimento da sociedade.

2.2. BENEFÍCIOS DIRETOS:

2.2.1. Substituição das centrais telefônicas obsoletas do TRF1 por sistema moderno hospedado em nuvem.

2.2.2. Eliminação do custo de chamadas internas entre ramais e para o TRF1 (entre edifícios na mesma área metropolitana, mas que utilizam operadoras de telefonia para realizar a comunicação. Ex.: Edifício Sede I para Edifício Sede III);

2.2.3. Eliminação do custo de chamadas DDD para outras seccionais;

2.2.4. Utilização do cabeamento e infraestrutura de redes que o TRF1 possui. Caso seja modernizado o leiaute de uma unidade, apenas o cabeamento de rede será remanejado e permitirá a remoção do cabeamento antigo;

2.2.5. Utilização de recursos como atendimento de chamadas telefônicas diretamente na estação de trabalho (softphone - sem necessidade de aparelho VoIP).

2.3. BENEFÍCIOS INDIRETOS:

2.3.1. Prestação de serviços de telecomunicações com vantagens financeiras e qualitativas para o erário público, com vistas ao custo-benefício favorável, em acordo com o princípio da economicidade.

2.3.2. Agilidade na prestação dos serviços de telefonia fixa, mediante atendimento das especificações técnicas e de prazos exigidos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF1.

2.3.3. Melhorias no processo de trabalho, com o objetivo de aumentar a produtividade dos servidores do TRF1, multiplicando assim sua capacidade de atuação e consequentemente a obtenção de ganhos com eficiência.

2.3.4. Ao utilizar a tecnologia VoIP mencionada, estima-se que haverá melhoria de custos relativos a operadoras e será permitido ao Órgão resolver as atuais fragilidades oriundas da impossibilidade de manutenção das atuais centrais telefônicas.

2.4. CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO EXISTENTE:

2.4.1. A presente contratação encontra-se alinhada às diretrizes e metas institucionais, em consonância com o planejamento existente PLANEST 2021-2026 - Plano Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região ([link de acesso](#)), associando-se aos macro desafios "Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional", "Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária" e "Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira".

2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

2.5.1. Link do PCA: <https://www.trf1.jus.br/trf1/compras-licitacoes-e-contratos/plano-de-contratacoes-anual----pca>

2.5.2. Unidade Requisitante: TRF1 - DIENG

2.5.3. Id da Futura Contratação: TRF1_DIENG_0045_2026 ([24660085](#)).

2.5.4. Classificação: Bens e serviços.

2.6. Referência de estudos preliminares que embasem a contratação:

2.6.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Tópico E.1 do Estudo Técnico Preliminar - ETP Completo 24827423.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de telefonia VoIP e plataforma PABX em nuvem, com portabilidade numérica; ligações locais e nacionais ilimitadas; e ligações internacionais e locação de aparelhos telefônicos e de softphones, sob demanda, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	SUBITEM	Código SIASG	Código SICAM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD. QUINQUENAL
1	1.1	30177 - Assinatura de serviço de PABX IP	39.58.003.033	Assinatura mensal sob demanda, com as seguintes especificações mínimas: - Acesso ao Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC), com ligações ilimitadas nas modalidades LOCAL e LDN (fixo e fixo-móvel), independentemente da operadora de destino; - Entroncamento SIP escalável; - Fornecimento de solução	UND	1.440

			<p>completa, incluindo todos os equipamentos (hardware), licenças, componentes e softwares necessários;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Suporte, manutenção de hardware e software; - Central de Atendimento ao Usuário (Help Desk), conforme detalhamento técnico; - Integrações com outras aplicações. 		
	1.2		<ul style="list-style-type: none"> •Tráfego Telefônico Internacional: Ligações LDI (LDI - STFC – FF/FM), Origem Fixo – Destino Qualquer País/Região. 	UND	100
	1.3		<ul style="list-style-type: none"> •Aparelho IP (locação sob demanda), com os seguintes requisitos mínimos: •Identificação de chamadas (entrada e saída); •Chamada em espera, transferência e encaminhamento; •Captura de chamadas e configuração de grupos; •Conferência com, pelo menos, três participantes; •Discagem abreviada e discagem rápida; •Histórico de chamadas recentes; •Funções mudo e viva-voz; •Toque simultâneo em múltiplos dispositivos vinculados ao •usuário; •Desvio interno e externo. 	UND	824
	1.4		<p>Softphone (licença sob demanda), com os seguintes requisitos mínimos:</p> <p>Compatibilidade com os sistemas operacionais Windows, macOS, Android e iOS;</p> <p>Integração nativa ao Microsoft Teams ou outra plataforma que venha a ser adotada pelo tribunal;</p> <p>Configuração simplificada (preferencialmente via QR</p>	min/mês	616

				Code); Registro simultâneo em múltiplos dispositivos para o mesmo usuário; Gravação local (quando autorizada pela CONTRATANTE); Exibição do status de presença e permissão de acesso à agenda corporativa; Interface intuitiva e suporte a chamadas com um clique; •Armazenamento do histórico de chamadas.		
--	--	--	--	--	--	--

3.2. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Comprasnet (código BR) e as especificações técnicas constantes deste instrumento, prevalecerão as últimas.

3.3. Para fins de cotação, (formação de preços), deverá ser obedecida a descrição completa dos serviços, sendo a descrição do SIASG meramente referencial.

3.3.1. Será de inteira responsabilidade das empresas a observância do critério estabelecido no item anterior, não sendo admitida a alegação de enganos ou erros, posteriores à apresentação das propostas de preços, para alteração de qualquer dos valores ofertados, estando sujeita às penalidades cabíveis a empresa que não cumprir o estabelecido.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo foi avaliada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, conforme segue:

4.1.1. A solução como um todo abrange a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de telefonia VoIP e plataforma PABX em nuvem, com portabilidade numérica; ligações locais e nacionais ilimitadas; e ligações internacionais; e locação de aparelhos telefônicos e de softphones, sob demanda, para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, conforme as condições e especificações técnicas dos serviços estabelecidas neste documento.

4.2. Sustentabilidade e Acessibilidade

4.2.1. Não se aplicam critérios de sustentabilidade à presente demanda, considerando-se que se trata de prestação de serviço de telefonia fixa.

4.3. Especificações técnicas

4.3.1. A solução de telefonia a ser implantada no TRF1 deverá substituir integralmente o ambiente atual, migrando para uma plataforma de **telefonia IP (VoIP) em PABX em nuvem (UCaaS)**.

4.3.1.1 A proposta deverá contemplar:

- Plataforma em nuvem com gerenciamento centralizado.
- Fornecimento de todos os equipamentos necessários (hardware).
- Licenças e componentes essenciais para operação.
- Portabilidade dos 2.700 números telefônicos existentes.
- Entroncamento SIP escalável.
- Acesso completo ao STFC, incluindo:
 - Ligações locais ilimitadas (fixo–fixo, fixo–móvel).
 - Ligações de longa distância nacional ilimitadas (fixo–fixo, fixo–móvel).
 - Ligações internacionais sob demanda.

4.3.2. Equipamentos e Recursos Inclusos

4.3.2.1. A solução deverá incluir:

- Aparelhos IP mediante locação sob demanda.
- Softphones (voz) mediante licença sob demanda.
- Equipamentos auxiliares para atendimento automático, telefonista e Help Desk.
- Serviços de instalação, configuração, suporte e manutenção (hardware e software).
- Treinamento presencial nas edificações do TRF1.

4.3.3. Conformidade com a LGPD e Segurança da Informação

4.3.3.1. Requisitos Obrigatórios de Proteção de Dados

- A solução deverá estar em conformidade com a **Lei nº 13.709/2018 (LGPD)**, garantindo:
 - Criptografia de dados em trânsito e repouso.
 - Controle de acesso e autenticação forte.
 - Logs de auditoria e rastreabilidade.
 - Anonimização de dados quando aplicável.
 - Políticas de retenção compatíveis com a legislação.
 - Armazenamento e processamento seguro das informações.

4.3.4. Especificações Técnicas do Sistema

4.3.4.1. Objetivo da Solução

4.3.4.1.1. A contratação visa:

- Modernizar tecnologicamente o sistema de telefonia.
- Assegurar alta disponibilidade.
- Garantir integração corporativa.
- Substituir equipamentos legados (Alcatel, Siemens, Asterisk).
- Atender às normas da Anatel e à LGPD.

4.3.5. Requisitos de Rede e Qualidade (QoS)

4.3.5.1. Rede e Infraestrutura

4.3.5.1.1. A solução deverá operar na rede existente do TRF1, observando:

- Prioridade para tráfego de voz.
- VLAN de voz.
- Protocolos compatíveis (SIP, RTP, DSCP).
- Backbone em fibra óptica com caminhos redundantes.

4.3.5.2. Segurança de Tráfego

- Uso de ACLs nos equipamentos de rede.
- Encaminhamento de análises de segurança para a SESEI - Seção de Segurança da Informação/TRF1.
- Emissão de padrões de interconexão com o PABX em nuvem.

4.3.6. Compatibilidade e Integração

4.3.6.1. Sistemas e Plataformas Existentes

4.3.6.1.1. A solução deverá substituir:

- PABX analógicos.
- Servidores SIP (Asterisk/FreePBX).
- Entroncamentos SIP.
- Central Help Desk.

4.3.6.2. Integrações Obrigatórias

4.3.6.2.1. A solução deverá oferecer, no mínimo:

- Integração nativa com SIP das Seções Judiciárias;
- Integração nativa com Microsoft Teams Phone, incluindo presença, voicemail e chamadas;

- Integração com o sistema Esosti, garantindo que:
 1. os indicadores de SLA sejam automaticamente enviados;
 2. o sistema funcione como base da Central de Atendimento telefônico do TRF-1;
 3. sejam mantidas as funcionalidades atualmente realizadas pela ferramenta Asternic;
 4. permita inserção manual de dados, quando necessário;
 5. suporte o script interno utilizado pelo TRF-1 para envio automático dos registros de SLA ao Esosti.

4.3.7. Componentes da Solução

4.3.7.1. Equipamentos IP

- Locação dos Aparelhos IP sob demanda.
- Suporte a SIP, PoE, TLS, SRTP.
- Áudio HD e codecs (G.711, G.722, etc.).
- Interface em português.

4.3.7.2. Softphones

- Compatíveis com Windows, macOS, Android e iOS.
- Autenticação via QR Code.
- Sincronização de agenda e presença.
- Registro em múltiplos dispositivos.

4.3.7.3. Funcionalidades UCaaS

4.3.7.3.1. A solução deverá contemplar no mínimo:

- URA com menus configuráveis, TTS, relatórios e integração com sistemas;
- ACD com distribuição inteligente de chamadas;
- Gravação de chamadas internas e externas, por ramal ou tronco;
- Painéis centralizados com indicadores operacionais de telefonia;
- Disponibilização de um número geral e aproximadamente 13 ramais internos para uso da DIATU - Divisão de Atendimento ao Usuário/TRF1, com possibilidade de expansão futura conforme demanda institucional.
- Central de Atendimento ao Usuário (**Help Desk**) com as seguintes características:

- 2 (dois) Pontos de Supervisor/Atendimento;
- 11 (onze) a 18 (dezoito) Pontos de Atendimento;
- Visualizar ligações em tempo real;
- Visualizar as ligações não atendidas em tempo real;
- Visualizar o total de atendentes disponíveis;
- Visualizar o total de atendentes em pausa;
- Visualizar o total de atendentes em atendimento;
- Ouvir ou capturar ligações em tempo real;
- Registro de ligações não atendidas;
- Registro do tempo em espera da ligação;
- Registro de ligações abandonadas;
- Registro de ligações encaminhadas para outros usuários ou grupos de atendimento;
- Permitir inclusão de mensagens informativas;
- Permitir a inclusão de mensagem de boas-vindas;
- Permitir o redirecionamento de ligações a partir de escolha de opções de atendimento (URA);
- Gravar ligações;
- Criar grupos de atendimento;
- Relatório de ligações por atendente;
- Relatório de ligações em espera;
- Relatório de tempo médio de ligações em espera;
- Relatório de ligações por período;
- Relatório de ligações perdidas por período;
- Relatório de ligações por hora, dia, semana e mês;
- Relatório de ligações por grupo de atendimento;
- Relatório de tempo total de indisponibilidade do atendente;
- Relatório de ligações distribuídas em um período para todos os atendentes de um grupo de atendimento;
- Relatórios gerenciais e exportáveis para SLA;

- Disponibilidade imediata para consumo por API ou conexão segura;
- Integração automática com o sistema Esosti do TRF1;
- Possibilidade de inserção manual de dados;
- Compatibilidade com o script interno utilizado pelo TRF-1 para envio automático das métricas de telefonia;
- **A solução deverá garantir que o fluxo atual de captura de SLAs mantenha-se sem interrupção, assegurando a continuidade do monitoramento contratual realizado pela CSTI e pela DIATU.**

4.3.8. Infraestrutura e Segurança

4.3.8.1. Data Centers

- Hospedagem no Brasil.
- Certificações ISO 27001, TIER III ou superior.
- Alta disponibilidade e redundância.

4.3.8.2. Ferramentas de Gestão

- permitir autenticação com provedores externos (EntraID, KeyCloak, Okta, LDAP), via SAML, OIDC ou AD;
- exigir **MFA obrigatório** para todos os acessos administrativos;
- registrar todas as alterações administrativas em logs **imutáveis**, sem possibilidade de exclusão;
- enviar alertas automáticos para sistemas SIEM (Google SecOps, Sentinel, Splunk, QRadar, Securonix);
- criptografar todo o tráfego administrativo com **TLS 1.2 ou superior**.

4.3.9. Operação, Migração e Suporte

4.3.9.1. Migração e Portabilidade

4.3.9.1.1. A contratada deverá:

- Apresentar plano de migração.
- Migrar sem interrupção.
- Garantir portabilidade dos números dos seguintes troncos-chave (2.700 números telefônicos):

TRONCO CHAVE	FAIXA	QUANT. RAMAIS
(61) 3314-1500	(61) 3314-1500 a (61) 3314-1999	500
(61) 3314-5225	(61) 3314-5000 a (61) 3314-5999	1.000
(61) 3410-3000	(61) 3410-3000 a (61) 3410-3999	1.000
(61) 2196-2400	(61) 2196-2400 a (61) 2196-2499	100
(61) 3217-6600	(61) 3217-6600 a (61) 3217-6699	100

4.3.9.2. Suporte e Atendimento

4.3.9.2.1. O suporte e atendimento pela contratada deverá abranger:

- Canal de chamados por edificação.
- Substituição de equipamentos.
- Realocação de ramais sem custo.

4.3.9.3. Acesso Administrativo

- Interface web acessível e documentada.
- Configuração de grupos, perfis e desvios.

4.3.10. Condições de Execução dos Serviços

4.3.10.1. Deslocamento, Materiais e Logística

4.3.10.1.1. O deslocamento de profissionais, materiais e equipamentos necessários à prestação dos serviços nas edificações do TRF-1, bem como entre estas e outros locais, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

4.3.10.1.2. Todas as despesas decorrentes de transporte, logística, seguros, equipamentos, materiais e quaisquer encargos necessários à execução das atividades serão integralmente suportadas pela CONTRATADA, **sem ônus adicional** para o TRIBUNAL. De igual modo, caberá à CONTRATADA garantir a segurança operacional de suas equipes e dos materiais transportados.

4.3.10.2. Implantação dos Serviços

4.3.10.2.1. Após a assinatura do contrato, em até 10 (dez) dias corridos, o TRIBUNAL agendará reunião inicial entre a CONTRATADA e as equipes técnicas de Engenharia e Informática, para alinhamento das atividades, definição do plano de trabalho e estabelecimento das prioridades de atendimento por edificação.

4.3.10.2.2. A CONTRATADA deverá apresentar **cronograma detalhado de migração**, contendo:

- etapas técnicas da implantação;
- prazos de execução;
- configurações necessárias;

- plano de distribuição por edificação;
- alinhamento com o prazo final para conclusão da implantação.

4.3.10.2.3. . O cronograma deverá observar marcos intermediários e data final compatível com o início da prestação dos serviços. Recomenda-se que o cronograma contenha linha do tempo detalhada, com dependência entre etapas, previsão de homologação e certificação de funcionamento antes do início da operação assistida.

4.3.10.2.4. A CONTRATADA será responsável pela configuração dos grupos de ramais, conforme especificações fornecidas pelo TRIBUNAL durante a reunião inicial.

4.3.10.3. Configuração da Rede e Instalação dos Equipamentos

4.3.10.3.1. Condições gerais

4.3.10.3.1.1. Cronograma mínimo a observar

- a) Prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da reunião inicial, para a Contratada, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF1, realizar a configuração/estruturação completa da rede que suportará a solução VoIP em todas as edificações do tribunal.
- b) Finalizada a configuração/estruturação da rede, a Contratada, em conjunto com a Contratante, elaborará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, cronograma de instalação de ramais/aparelhos/softphones, contendo os quantitativos, individualizados por edifício, andar, sala e usuários responsáveis.
- c) Finalizado o cronograma, a Contratante emitirá, em até 5 (cinco) dias úteis, Ordem de Serviço para início da execução da instalação dos ramais/aparelhos/softphones.
- d) A Contratada terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço para concluir a instalação.

4.3.10.3.2. Para a instalação dos aparelhos telefônicos deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) A execução dos serviços de instalação deverá ocorrer preferencialmente de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.
- b) Em até **2 (dois) dias úteis** após a instalação integral em cada edificação, a CONTRATADA deverá executar

checklist, realizar ajustes pendentes e validar funcionamento.

- c) Em seguida, deverá ser emitido **Relatório de Atendimento Técnico (RAT)**, com assinatura do responsável designado pelo TRIBUNAL.
- d) Após a conclusão da instalação dos aparelhos/softphones, a contratada terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para concluir a portabilidade numérica, conforme Resolução Anatel n. 749/2022.
- e) O cronograma deverá ser rigorosamente executado conforme prazos estabelecidos.
- f) A CONTRATADA deverá indicar **Gerente de Projeto**, responsável pela comunicação com a equipe definida pelo TRIBUNAL, relatando eventuais intercorrências e necessidades de replanejamento.
- g) A **CONTRATADA** deverá fornecer planilha eletrônica correlacionando número de série, número da linha telefônica, IP, unidade e setor.

4.3.10.4. Equipe Técnica e Comprovação de Competência

4.3.10.4.1. Os serviços deverão ser executados exclusivamente por profissionais qualificados, devidamente capacitados para instalação, configuração e operação dos equipamentos.

4.3.10.4.2. A comprovação da competência técnica deverá ocorrer por meio de um dos seguintes documentos:

- a) registro formal em carteira de trabalho, contrato de trabalho ou declaração anterior de empregador;
- b) diploma ou certificado de curso profissionalizante, técnico ou superior na área de Tecnologia da Informação.

4.3.10.4.3. A CONTRATADA deverá apresentar ao TRIBUNAL, com antecedência de até **5 (cinco) dias úteis** do início das atividades, a relação completa dos profissionais envolvidos e seus respectivos comprovantes.

4.3.10.5. Locais de Execução dos Serviços

4.3.10.5.1. Os serviços poderão ser executados presencialmente ou de forma remota, conforme a natureza das atividades, abrangendo as seguintes edificações:

1. Edifício Sede I, localizado no SAUS quadra 2, bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-900;
2. Edifício Sede II, localizado no SAUS quadra 2, bloco K, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-900;

3. Edifício Sede III, localizado no SAUS quadra 1, bloco C, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-900;
4. Edifício Anexo I, localizado no SAUS quadra 1, bloco C, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-900;
5. Edifício Anexo II, localizado no SBS quadra 2, lote 16, bloco D, Edifício Anexo II - Adriana, CEP: 70070-903;
6. Centrejufe – Centro de Treinamento da Justiça Federal –, localizado no SCES trecho 2, lote 21, CEP: 70200-002;
7. Base Operacional de Serviços Administrativos, localizado no SGON quadra 1, lotes 100/110/120, CEP: 70610-610
8. Nova Sede do TRF1 - SAFS Quadra 5, lote 3, Ed. Desembargadora Assusete Dumont Reis Magalhães, CEP: 70.070-600

4.3.11. Especificações dos Equipamentos e Softwares

4.3.11.1. Requisitos Gerais dos Aparelhos Telefônicos IP

4.3.11.1.1. Os aparelhos telefônicos IP fornecidos deverão:

1. Ser novos, sem uso prévio, em linha de produção e de fabricantes reconhecidos no mercado.
2. Ser entregues em condições adequadas de embalagem e transporte, acompanhados de todos os cabos e acessórios necessários à instalação.
3. Ser fornecidos em regime de locação, conforme demanda definida pela CONTRATANTE.
4. Ser homologados pela Anatel, com certificações válidas.
5. Apresentar informações de visor em português (Brasil), admitindo termos técnicos usuais em inglês.
6. Possuir design funcional, com boa ergonomia e fabricação em material resistente.

4.3.11.2. Aparelho Telefônico IP – Especificações Técnicas Mínimas

4.3.11.2.1. O aparelho IP deverá atender aos seguintes requisitos essenciais:

- **Funcionalidade e Protocolo**
 - Suporte ao protocolo SIP de acordo com padrões internacionais (RFC 3261).
 - Capacidade de registrar no mínimo duas contas SIP.

- Suporte a funções básicas de telefonia corporativa, como transferência, conferência, histórico e DND.
- **Interface e Usabilidade**
 - Display gráfico com iluminação de fundo e interface em português.
 - Teclas dedicadas para funções principais (mudo, viva-voz, volume, headset).
 - Softkeys configuráveis para contexto da chamada.
- **Áudio e Qualidade de Voz**
 - Suporte a codecs amplamente utilizados no mercado (ex.: G.711, G.722, G.726 ou equivalentes).
 - Cancelamento de eco e qualidade de áudio em nível profissional (HD voice).
 - Buffer de jitter adaptável ou mecanismo equivalente para estabilidade de chamadas.
- **Conectividade e Rede**
 - Duas portas de rede com velocidade compatível com o ambiente (10/100/1000 Mbps).
 - Suporte a VLAN de voz e priorização de tráfego (QoS).
 - Alimentação PoE conforme padrão IEEE 802.3af ou equivalente.
 - Sincronização de data e hora via servidor NTP.
- **Segurança**
 - Suporte a criptografia de sinalização e mídia (por exemplo: TLS e SRTP).
 - Suporte a autenticação segura (como 802.1x ou equivalente).
 - Aceitação de certificados digitais fornecidos pela CONTRATANTE.
- **Administração**
 - Interface web para configuração, com perfis diferenciados.
 - Possibilidade de montagem em mesa ou parede.

- Compatibilidade com ferramentas de monitoramento e diagnóstico de qualidade (ex.: RTCP-XR ou equivalentes).

4.3.11.3. Funcionalidades Obrigatórias dos Aparelhos VoIP

4.3.11.3.1. Os aparelhos devem oferecer no mínimo:

- Identificação de chamadas (entrada e saída).
- Chamada em espera, transferência e encaminhamento.
- Captura de chamadas e configuração de grupos.
- Conferência com pelo menos três participantes.
- Discagem abreviada e discagem rápida.
- Histórico de chamadas recentes.
- Funções mudo e viva-voz.
- Toque simultâneo em múltiplos dispositivos vinculados ao usuário.
- Desvio interno e externo.

4.3.11.4. Sistema de Gravação de Chamadas

4.3.11.4.1. O sistema de gravação deverá:

1. Ser totalmente compatível com a solução de telefonia adotada ou homologado pelo fabricante principal da plataforma.
2. Permitir gravação de ramais IP e remotos, de forma centralizada.
3. Disponibilizar interface web para consulta, filtragem e download das gravações.
4. Suportar gravação de chamadas internas e externas.
5. Oferecer mecanismos que garantam segurança, integridade e rastreabilidade dos arquivos gravados.
6. Não utilizar métodos não homologados (como conexões paralelas).

4.3.11.5. Sistema de URA (Unidade de Resposta Audível)

4.3.11.5.1. A URA deverá contemplar:

- Criação e personalização de menus e fluxos de atendimento.
- Integração com DAC e relatórios estatísticos de atendimento.
- Conexão com bancos de dados (SQL Server, Oracle, MySQL ou equivalentes).

- Reprodução de mensagens gravadas profissionalmente e uso de TTS (text-to-speech).
- Informações de posição na fila e tempo estimado de espera.
- Transbordo de ligações conforme regras configuráveis.
- Integração com sistemas de terceiros via APIs ou webservices.
- Configuração de horários de atendimento.
- Reinicialização automática em caso de falha.
- Horas Técnicas: A CONTRATADA deverá disponibilizar horas técnicas presenciais para integração, customização da árvore de atendimento e integração com sistemas legados, conforme necessidade da CONTRATANTE.

4.3.11.6. Softphone – Requisitos Técnicos

4.3.11.6.1. O softphone deverá:

- Ser compatível com os sistemas operacionais Windows, macOS, Android e iOS.
- Integrar-se nativamente ao Microsoft Teams ou outra plataforma que venha a ser adotada pelo tribunal.
- Oferecer configuração simplificada (preferencialmente via QR Code).
- Permitir registro simultâneo em múltiplos dispositivos para o mesmo usuário.
- Permitir gravação local (quando autorizada pela CONTRATANTE).
- Exibir status de presença e permitir acesso à agenda corporativa.
- Oferecer interface intuitiva e suporte a chamadas com um clique.
- Armazenar histórico de chamadas.
- Possuir documentação técnica e comprovação de compatibilidade com a solução principal.

4.3.12. Modelo de Contratação

4.3.12.1. Modalidade

- Assinatura mensal sob demanda.
- Equipamentos em locação.

- Suporte incluído.

4.3.12.2. Escalabilidade

- Expansão sem reengenharia.
- Adaptação à crescimento futuro.

4.3.13. Normas e Conformidade Anatel

4.3.13.1. A solução deverá observar:

- Resolução 777/2025 - STFC
- Resolução 749/2022 - Regulamento de Numeração dos Serviços de Telecomunicações.
- Resolução 765/2023 – Direitos do Consumidor.
- Resolução 740/2020 – Acessibilidade.
- Ato 14.448/2017 – Homologações.
- RGQ-STFC e RGQ-SCM – qualidade e desempenho.

4.3.14. Neutralidade Tecnológica

4.3.14.1. O sistema da contratada deverá permitir a integração com plataformas consolidadas, tais como:

- Microsoft Teams Phone
- Zoom Phone
- RingCentral
- 3CX
- Outras equivalentes certificadas

4.3.15. Do Plano de Transição

4.3.15.1. Com a finalidade de alinhar uma possível transição contratual e uma mudança de método de serviço, faz-se necessária a aplicação de um Plano de Transição, que deverá prever:

- O dever da contratada em garantir a continuidade do funcionamento da comunicação telefônica fixa e em manter a capacidade de atendimento de todas as unidades presentes nos edifícios sede deste órgão;
- Alinhamento com as condições gerais e os prazos previstos no subitem 4.3.10.3.1.

4.3.15.2. Durante a execução do plano de transição, a interligação operacional deve ser feita de forma transparente e sem impactar a qualidade dos serviços contratados.

4.3.16. Do treinamento da solução e do sistema de gestão

4.3.16.1. Quanto ao treinamento técnico da Solução, a Contratada deverá:

4.3.16.1.1. Prestar serviços de treinamento para a equipe técnica da Divisão de Engenharia, visando o correto entendimento das funcionalidades dos equipamentos da Solução.

4.3.16.1.2. Deverão ser disponibilizados digitalmente em formato PDF OCR os manuais em língua portuguesa falada no Brasil, contendo os assuntos ministrados no treinamento.

4.3.16.1.3. Quanto ao conteúdo do treinamento, deverá abranger no mínimo os seguintes aspectos:

- a) Procedimento de login/logoff do aparelho telefônico;
- b) Uso do aparelho para realização de ligações para ramais internos/externos;
- c) Botões do aparelho (rediscagem, chamadas perdidas, lista telefônica, correio de voz, captura de chamadas, siga-me, etc);
- d) Funcionalidades da tela do aparelho (número do ramal, etc);
- e) Configuração de todas as facilidades para os usuários de ramais do sistema;
- f) Configuração de ramais em dispositivos móveis;
- g) Reconhecimento das indicações de alarmes.

4.3.16.2. Quanto ao treinamento do Sistema de Gestão:

4.3.16.2.1. A Contratada deverá realizar um treinamento “*hands on*” para 3 (três) profissionais do Setor de Telefonia da Divisão de Engenharia do TRF1, visando os seguintes objetivos:

- a) proporcionar a equalização dos conhecimentos básicos sobre o Sistema de Gestão da Solução e suas ferramentas;
- b) permitir uma visão geral da ferramenta;
- c) incluir a configuração da ferramenta;
- d) englobar a administração da ferramenta (incluindo a gestão de usuários / definição dos perfis de acesso);
- e) incluir a parametrização da ferramenta;
- f) incluir a configuração de *dial plan* transparente;
- g) incluir a geração de consultas e relatórios gerenciais;
- h) incluir a operação da ferramenta voltada aos administradores, operadores e gestores das unidades e usuários;
- i) incluir os procedimentos de consulta de dados e relatórios.

4.3.17. Premissas e restrições da execução do contrato

- **Proibições:** É proibida a veiculação de publicidade, direta ou indiretamente relacionada com os serviços constantes deste estudo, salvo se houver prévia autorização por escrito da Contratante.
- **Segurança:** Por questões de segurança, fica a Contratada obrigada a apresentar todas e quaisquer informações e documentações solicitadas pela Contratante dos profissionais indicados para realizar os serviços previstos no Termo de Referência.
- Será exigido da Contratada a assinatura de Termo de Confidencialidade de Informações, pelo qual se comprometerá a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações de que venha a ter conhecimento no exercício de suas atribuições, e que seja exigido dos seus empregados que vierem a prestar serviços na Contratante.
- **Idoneidade:** A Contratante se reserva o direito de proceder ao levantamento e/ou confirmação de informações pertinentes à idoneidade de qualquer profissional que venha a ser indicado para a prestação dos serviços.

4.3.18. Das definições

4.3.18.1. Definições Importantes:

- a) Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL: Entidade integrante do Planejamento Público Federal indireto, com sede no Distrito Federal, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações.
- b) Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC: Serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia.
- c) Área Local: Área geográfica contínua de prestação de serviços, definida pela ANATEL, segundo critérios técnicos e econômicos, onde é prestado o STFC na modalidade local.
- d) Telefonia Local: Serviço de telecomunicações que, por meio de transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, situados em uma mesma Área Local.

- e) Área de tarificação básica - ATB: Parte da área local dentro da qual o serviço é prestado ao assinante, em contrapartida aos serviços ou preços do plano de serviços de sua escolha, sem valores adicionais para atendimento.
- f) Prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado: Empresa **outorgada ou autorizada** a prestar serviço telefônico fixo comutado nas modalidades local, nacional ou internacional.
- g) Perfil de Tráfego: Quantitativo médio mensal estimado, em minutos, de ligações telefônicas efetuadas, em função do horário e das localidades de destino de maior ocorrência e levando em consideração o tempo médio de duração das chamadas.
- h) Distância Geodésica: É a menor distância entre dois pontos possível de ser percorrida por um móvel. Por exemplo, a menor distância entre o Brasil e o Japão é uma linha reta, porém um avião não pode fazer este percurso, pois a superfície da Terra é redonda, então o menor percurso possível de ser realizado é uma curva chamada geodésica.
- i) Código de Área: Identificação de uma área de numeração fechada da rede pública de telecomunicações ou de um acesso a um serviço com abrangência nacional, cujo formato é (AB). Exemplo: Estado de Sergipe – 79, Estado de Alagoas – 82, Estado da Bahia – 71.
- j) Índice de Serviços de Telecomunicações - IST: Índice normatizado pela Resolução nº 532/2009 da ANATEL para ser aplicado no reajuste e atualização de valores associados à prestação de serviços de telecomunicações.
- k) Unidade de Resposta Audível – URA: Serviço ou sistema interativo que permite a resposta automática de chamadas através de mensagens personalizadas, permitindo ainda a interação entre o usuário e a mesma, através da interpretação automática de opções discadas pelo usuário chamador através do teclado do telefone.

5. DA VISTORIA

5.1. A licitante poderá realizar vistoria técnica no(s) local(is) em que os serviços serão prestados, com o objetivo de conhecer as condições físicas das instalações e o grau de dificuldade existente para a execução do objeto, mediante prévio agendamento junto à Divisão de Engenharia – DIENG, no seguinte

endereço: Edifício Anexo I, localizado no SAUS Quadra 1, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-900.

5.2. A vistoria deverá ser previamente agendada, de segunda a sexta-feira, no período das 12h às 18h, pelo telefone (61) 3410-3264 ou outro meio institucional indicado no edital, exclusivamente para fins de agendamento e acompanhamento da visita técnica.

5.3. Eventuais dúvidas ou pedidos de esclarecimento relativos ao objeto da contratação deverão ser encaminhados ao e-mail da Divisão de Licitações (dilit@trf1.jus.br), setor responsável pela condução do procedimento licitatório, por meio dos canais oficiais previstos no edital, de forma a garantir tratamento isonômico e ampla divulgação das informações a todos os interessados.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – CONDIÇÕES / PRAZOS E LOCAL DE EXECUÇÃO/ENTREGA

6.1. Prazo e/ou Condições de Entrega

6.1.1. Durante a vigência contratual, a CONTRATADA deverá disponibilizar:

- a quantidade total de até 1.440 ramais e respectivos aparelhos IP ou softphones, conforme especificações deste Estudo Técnico;

6.1.2. Inicialmente, a contratada deverá promover a portabilidade dos 2.700 números telefônicos dos troncos-chave indicados no subitem 4.3.9.1.1.

6.1.2.1. Em sequência, deverá habilitar os ramais ativos atualmente utilizados pela CONTRATANTE, observadas as normas da ANATEL. A lista com os números telefônicos a serem habilitados será fornecida pela contratante à contratada após a assinatura do contrato, tendo em vista que as solicitações de novos ramais/desativações são frequentes.

6.1.3. Para garantir a continuidade dos serviços, define-se que:

- A entrega e a instalação dos aparelhos ou softphones habilitados e a portabilidade dos números deverão ocorrer de forma compatível e coordenadas, conforme prazos dispostos no subitem 4.3.10.3.

6.1.4. A prestação do serviço de telefonia VoIP deverá iniciar no máximo até o dia **31/08/2026**.

6.2. As demais linhas fixas não habilitadas inicialmente, e respectivos aparelhos IP ou softphones, bem como os demais serviços serão solicitados sob demanda, a contar do recebimento da Ordem de Serviço, emitida pelo CONTRATANTE, observados os seguintes prazos:

Tabela - Tempo para execução de serviços

Ordem	Atividade Técnica	Prazo de Execução
1	Habilitação inicial	Observar subitem 4.3.10.3
2	Nova habilitação	Até 5 dias úteis
3	Desativação de linha	Até 5 dias úteis
4	Ativação de serviços	Até 5 dias úteis
5	Desativação de serviços	Até 24 horas
6	Bloqueio de linha	Até 6 horas
7	Desbloqueio de linha	Até 6 horas
8	Troca de número	Até 3 dias úteis
9	Fornecimento de aparelho	Até 15 dias úteis
10	Migração/ativação de número portado	Até 3 dias úteis
11	Ativação/Desativação de chamadas internacionais	De imediato

6.3. A entrega dos aparelhos IP deverá ocorrer **sem qualquer custo adicional** ao CONTRATANTE, assegurando a imediata continuidade dos serviços e a distribuição dos equipamentos aos usuários.

6.4. Os aparelhos IP e softphones deverão ser instalados nos seguintes endereços:

- Edifício Sede I, localizado no SAUS quadra 2, bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-900;

- Edifício Sede II, localizado no SAUS quadra 2, bloco K, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-900;
- Edifício Sede III, localizado no SAUS quadra 1, bloco C, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-900;
- Edifício Anexo II, localizado no SBS quadra 2, lote 16, bloco D, Edifício Anexo II - Adriana, CEP: 70070-903;
- Edifício Anexo I, localizado no SAUS quadra 1, bloco C, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-900;
- Centrejufe – Centro de Treinamento da Justiça Federal –, localizado no SCES trecho 2, lote 21, CEP: 70200-002;
- Base Operacional de Serviços Administrativos, localizado no SGON quadra 1, lotes 100/110/120, CEP: 70610-610;
- Nova Sede do TRF1 - SAFS Quadra 5, lote 3, Ed. Desembargadora Assusete Dumont Reis Magalhães, CEP: 70.070-600.

6.5. Em caso de comprovada superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade da contratada e que altere substancialmente as condições de cumprimento, poderá ser analisado pedido de prorrogação.

6.5.1. O pedido deverá ser apresentado com justificativa fundamentada e documentação comprobatória, dirigido à Divisão de Engenharia (DIENG/TRF1), com **antecedência mínima não inferior a 2 (dois) dias úteis do prazo final estipulado**, cabendo ao ordenador de despesas deferir ou não o requerimento.

6.6. Os aparelhos IP fornecidos deverão permanecer, durante todo o prazo de execução contratual, em perfeitas condições de funcionamento, de forma que eventuais defeitos de fabricação, falhas de funcionamento ou vícios ocultos, não atribuíveis à má utilização pela Contratante, deverão ser integralmente reparados pela contratada (ou fabricante dos aparelhos), sem ônus para a Administração, mediante reparo ou substituição do equipamento.

6.7. Os aparelhos IP fornecidos deverão ser novos.

6.8. Os aparelhos IP deverão ser compatíveis com a tecnologia discriminada, devendo a Contratada mantê-los atualizados tecnologicamente, sem ônus para a Administração.

6.9. A CONTRATADA deverá fornecer todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento dos aparelhos IP.

6.10. Os aparelhos IP serão do mesmo fabricante, modelo e cor, de forma a uniformizar e facilitar a logística de distribuição.

6.11. Os aparelhos fornecidos pela CONTRATADA ser-lhe-ão devolvidos ao final da vigência contratual, no estado em que se encontrarem, não cabendo qualquer ressarcimento por parte do CONTRATANTE.

6.12. A Contratada será remunerada somente em relação às linhas e aparelhos IP/softphones habilitados.

6.13. Pela execução dos serviços ora contratados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA:

- Mensalmente, a importância correspondente aos pacotes contratados por valores fixos mensais das linhas ativas, e a locação, sob demanda, dos respectivos aparelhos e softphones.

- Eventualmente, a importância correspondente ao serviço de chamada internacional sob demanda, sempre que houver sua efetiva utilização sob linhas ativas na modalidade. Esse serviço será ativado mediante solicitação expressa e prévia da Administração e será cobrado por minutos utilizados.

6.13.1. Os serviços serão oferecidos em forma de pacotes com custo fixo mensal.

6.13.2. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE todos os reajustes de tarifas homologados pela ANATEL, sob pena de suspensão dos pagamentos até o efetivo cumprimento desta obrigação.

6.13.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e fiscal. Eventuais atrasos de pagamentos nestas hipóteses não gerarão qualquer direito à alteração de preços ou compensação financeira.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da sua execução pelo gestor do contrato, de acordo com as cláusulas contratuais estabelecidas.

7.2. A gestão será exercida por servidor ou comissão designada pelo Contratante.

7.3. O gestor do contrato de que trata o subitem 7.2 desta cláusula, observado, no que couber, o Decreto 11.246/2022, deverá ainda:

- 7.3.1.** Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando à Contratada o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

- 7.3.2.** Promover todas as ações necessárias para a regularização das faltas ou defeitos observados no cumprimento deste Contrato.

7.3.3. Comunicar formalmente à Contratada as irregularidades cometidas.

7.3.4. Autorizar, receber e atestar os documentos da despesa, quando comprovado a fiel e correta execução do objeto, para fins de pagamento.

7.3.5. Propor as glosas na(s) Nota(s) Fiscal (is)/Fatura(s) em decorrência de objeto não executado.

7.3.6. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

7.3.7. Notificar à Contratada sobre o prazo limite para o exercício do direito ao reajuste, observada a possibilidade de negociação para reduzir os custos da contratação.

7.3.8. Acompanhar a execução desta contratação de forma a alcançar o cumprimento integral da execução do seu objeto.

7.3.9. Encaminhar às autoridades competentes eventuais pedidos de alteração e prorrogação contratual, observando os requisitos legais e contratuais.

7.3.10. Manter registro de aditivos.

7.3.11. Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem atraso e descumprimento de cláusulas contratuais, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções contratuais cabíveis.

7.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

7.5. Expirada a vigência do contrato, o servidor ou comissão informará à autoridade competente acerca do integral cumprimento do objeto para fins de registros e respectivo controle financeiro-orçamentário.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo/percentual estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, conforme justificativa constante do processo SEI 0016576-27.2021.4.01.8000.

9. DA PROTEÇÃO DE DADOS

9.1. Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) - LGPD, notadamente os relativos

às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

9.2. A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.

9.2.1. Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 03 (três) dias úteis, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

9.3. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos.

9.4. É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.

9.5. Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.

9.6. Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

9.7. Não haverá tratamento específico de dados pessoais para esta contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 90027 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO / DIENG - DIVISÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO PREDIAL - DIENG/SECGA/TRF1;
- II. Fonte de Recursos: 1000 - Recursos Ordinários;
- III. Programa de Trabalho (PTRES): 168376 - Julgamento se Causas na Justiça Federal;
- IV. Natureza de Despesa: 33903900 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	QTD ESTIMADA MENSAL A	UND	VALOR UNITÁRIO R\$ B	VALOR MENSAL R\$ C = A x B	VALOR ANUAL R\$ D = C x 12	VALOR QUINQUENAL R\$ E = D x 5
1	1.1	Assinatura mensal sob demanda , com as seguintes especificações mínimas: - Acesso ao Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC), com ligações ilimitadas nas modalidades LOCAL e LDN (fixo-fixo e fixo-móvel), independentemente da operadora de destino; - Entroncamento SIP escalável; - Fornecimento de solução completa, incluindo todos os equipamentos (hardware), licenças, componentes e softwares necessários; - Suporte, manutenção de hardware e software; - Central de Atendimento ao Usuário (Help Desk), conforme detalhamento técnico; •- Integrações com outras aplicações.	1.440	UN				
	1.2	•Tráfego Telefônico Internacional: Ligações LDI (LDI - STFC – FF/FM), Origem Fixo – Destino Qualquer País/Região.	100	MIN.				
	1.3	Aparelho IP (locação sob demanda), com os seguintes requisitos mínimos: •Identificação de chamadas (entrada e	824	UN				

	saída); • Chamada em espera, transferência e encaminhamento; • Captura de chamadas e configuração de grupos; • Conferência com, pelo menos, três participantes; • Discagem abreviada e discagem rápida; • Histórico de chamadas recentes; • Funções mudo e viva-voz; • Toque simultâneo em múltiplos dispositivos vinculados ao usuário; • Desvio interno e externo.						
1.4	Softphone (licença sob demanda), com os seguintes requisitos mínimos: • Compatibilidade com os sistemas operacionais Windows, macOS, Android e iOS; • Integração nativa ao Microsoft Teams ou outra plataforma que venha a ser adotada pelo tribunal; • Configuração simplificada (preferencialmente via QR Code); • Registro simultâneo em múltiplos dispositivos para o mesmo usuário; • Gravação local (quando autorizada pela CONTRATANTE); • Exibição do status de presença e permissão de acesso à agenda corporativa; • Interface intuitiva e suporte a chamadas com um clique; • Armazenamento do histórico de chamadas	616	UN				
VALOR GLOBAL QUINQUÊNAL							

1. **Validade da proposta:** ____ (____) **dias corridos**, contados do dia útil imediatamente posterior ao indicado no item 2 deste Edital;

2. **Esta empresa declara que:**

- a) não está sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº 9.605, de 12.02.98 (**Lei de Crimes Ambientais**);
- b) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, **não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil**, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- c) a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- d) não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, **vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Judiciário, nos termos do inciso VI e do §3º, do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005**, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016, bem como, **aqueles com vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.**

3. **Dados do REPRESENTANTE LEGAL que assinará o Contrato:**

- a) nome completo:
- b) e-mail:
- c) telefone:
- d) celular:

ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026

MINUTA DE CONTRATO



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CONTRATO TRF1 MINUTA 25043516

CONTRATO N. ____/2026 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA VOIP E PLATAFORMA PABX EM NUVEM, COM PORTABILIDADE NUMÉRICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO E A

CONTRATANTE: UNIÃO/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, inscrito no CNPJ/MF 03.658.507/0001-25, com sede no SAU/SUL, Quadra 02, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília-DF, neste ato representado, conforme atribuições delegadas pelo [Ato Presi n. 163 de 07/05/1991](#), por sua Diretora-Geral da Secretaria, a Juíza Federal **DAYSE STARLING MOTTA**, brasileira, CPF n. 034.889.726-07, RG n. 15.370.769 SSP/MG, residente e domiciliada nesta Capital.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ/MF _____.____/____-____, sediada na _____, CEP: ____-____, telefone (____) ____-____, e-mail: _____, neste ato representada por seu sócio _____, brasileiro, CPF _____.____-____, RG _____ SSP/____, residente e domiciliado nesta Capital.

As partes acima qualificadas celebram o presente contrato, em observância ao constante no **Processo Administrativo Eletrônico (PAe) n. 0029423-90.2023.4.01.8000** e com fundamento na **Lei n. 14.133/2021; Pregão Eletrônico n. ____/2026**; demais disposições regulamentares e mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste contrato consiste na prestação de serviço de telefonia VoIP, plataforma PABX em nuvem, com portabilidade numérica, ligações locais e nacionais ilimitadas, ligações internacionais, locação de aparelhos telefônicos e de softphones sob demanda, conforme as condições e especificações estabelecidas neste contrato.

2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. Por este contrato, a Contratada obriga-se a:

2.1.1. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

2.1.2. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, em face da inexistência de vínculo empregatício entre seus empregados e o Contratante.

2.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiro, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

2.1.4. Arcar com o pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais/distrital e municipais em consequência de fato a ela imputável e relacionado com o objeto deste contrato.

2.1.5. Manter, durante toda a vigência do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas no instrumento convocatório para contratação.

2.1.6. Manter seus profissionais, quando nas dependências do Contratante, em perfeitas condições de apresentação e asseio, submetendo-os às normas internas de conduta, segurança e disciplina; ao Código de Conduta da Justiça Federal, instituído pela [Resolução CJF 147/2011](#), e à Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, instituída pela [Resolução CNJ 351/2020](#), sem que se configure, com isso, qualquer vínculo empregatício com o órgão.

2.1.7. Levar ao conhecimento do Contratante qualquer irregularidade constatada durante a execução deste contrato.

2.1.8. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao objeto contratado.

2.1.9. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, desde que praticada por seus técnicos durante a vigência do contrato relativo aos serviços objeto desta contratação.

2.1.10. Cumprir as disposições legais vigentes de âmbito federal, estadual ou distrital e municipal e todas as determinações estabelecidas em regulamentações da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados.

2.1.11. Prestar os serviços em conformidade com os parâmetros e rotinas estabelecidos pela ANATEL e aceitos pela boa técnica e pela legislação em vigor.

2.1.12. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, sanando as falhas que porventura venham a ocorrer e corrigindo qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados.

2.1.13. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a oferecer uma operação correta e eficaz.

2.1.14. Fornecer ou disponibilizar mensalmente o demonstrativo de utilização do serviço por linha telefônica, contendo o detalhamento das ligações e das faturas correspondentes.

2.1.15. Manter a rede, caso haja defeito técnico ou má qualidade de transmissão, conforme os prazos estabelecidos pela ANATEL.

2.1.16. Providenciar, sem ônus para o Contratante, a opção de migração interoperadoras mantendo os números dos telefones designados mediante contrato preexistente, independentemente da operadora do serviço a que estejam contratualmente vinculados, conforme Resolução ANATEL n. 765, de 06/11/2023, que trata da portabilidade numérica.

2.1.17. Garantir acessibilidade total a todas as linhas habilitadas para originar e receber ligações dentro do serviço de longa distância (VC2 e VC3), conforme normas definidas pela ANATEL, bem como possuir condições técnicas e administrativas para realização dos serviços em questão.

2.1.18. Disponibilizar ao Contratante um atendimento diferenciado através de consultoria especializada e central de atendimento, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, incluindo a disponibilização de central de atendimento estilo call center, por meio de chamada gratuita (0800), com atendimento personalizado específico a grandes contas.

2.1.19. Manter sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas através do serviço desta contratação, no mínimo, dentro de sua rede de telecomunicações,

e ainda, manter sob sigilo as informações e comunicações de que tiver conhecimento, abstando-se de divulgá-las, garantido o sigilo e a inviolabilidade dos dados trafegados em sua rede respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.

2.1.20. Manter em funcionamento contínuo todos os terminais telefônicos ativos. O bloqueio dos terminais, somente poderá ser executado por solicitação de representante credenciado pelo Contratante.

2.1.21. Ceder aparelhos telefônicos IP e softphones, sob regime de locação e de licença sob demanda, para utilização dos serviços contratados, obedecendo às especificações mínimas previstas neste Contrato.

2.1.22. Substituir, no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, os aparelhos IP defeituosos ou danificados.

2.1.22.1. Em caso de extravio de qualquer natureza, inclusive roubo ou furto, ou defeitos por uso indevido do aparelho, a CONTRATADA deverá disponibilizar um novo aparelho, observando os prazos fixados neste contrato e efetuar a cobrança deste ao Contratante.

2.1.22.2. Havendo cobrança, o valor faturado deverá ser igual ou inferior ao preço constante da nota fiscal/fatura quando da entrega do(s) equipamento(s) extraviado(s) e/ou danificado(s) ao Contratante.

2.1.23. Fornecer todos os acessórios e softwares, com suas respectivas licenças de uso, caso existam, necessários ao pleno funcionamento dos recursos e funcionalidades contratadas.

2.1.24. Bloquear, a pedido do Contratante ou por meio de facilidade de autogestão, a utilização dos seguintes serviços: ligações destinadas aos serviços 0500, 0900 e similares, bem como o recebimento de ligações a cobrar.

2.1.25. Oferecer ao Contratante a migração, sem ônus, para novas tecnologias de funcionamento que venham a ser disponibilizadas pela Contratada, garantido que essa implantação seja compatível com o sistema instalado.

2.1.26. Bloquear todas as linhas para chamada internacional de voz e dados, ou permitir o bloqueio por meio de facilidade de autogestão.

2.1.27. Possuir contrato(s) de concessão ou termo(s) de autorização firmado(s) com a ANATEL e atender às demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados.

2.1.28. Prestar os serviços contratados com padrão de qualidade, regularidade, segurança, atualidade, eficiência e modicidade de tarifas, sempre de acordo com as normas estabelecidas pelo Poder Concedente, evitando a interrupção do serviço.

2.1.29. Enviar correta e tempestivamente as contas e/ou faturas telefônicas ao Contratante, entregando a fatura no prazo máximo de até **30 (trinta) dias corridos** após a realização do serviço.

2.1.30. Assumir a inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas no fornecimento dos serviços.

2.1.31. Conceder descontos proporcionais aplicados sobre o valor mensal do serviço, em caso de interrupções ou falhas no acesso por causas atribuíveis à Contratada.

2.1.32. Informar a necessidade de eventuais interrupções programadas dos serviços, com antecedência mínima de **05 (cinco) dias úteis**.

2.1.33. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização do Contratante.

2.1.34. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento deste contrato.

2.1.35. Indicar formalmente e por escrito, quando solicitado pelo Contratante, um preposto, bem como seu superior imediato, com poderes de decisão para representar a Contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução dos serviços contratados, e que deverá responder pela fiel execução do contrato.

2.1.35.1. Na hipótese de afastamento do preposto definitivamente ou temporariamente, a Contratada deverá comunicar ao Contratante por escrito o nome e a forma de comunicação de seu substituto em até **24 (vinte e quatro) horas úteis**.

2.1.36. Atender às solicitações de serviços de habilitação, troca de número, entrega de aparelhos ou qualquer outro tipo de serviço eventualmente requerido, somente por Preposto.

2.1.37. Repassar ao Contratante, no ato da renovação de contrato a ser firmado, todos os preços e vantagens oferecidas a clientes de perfil e porte semelhante ao do Contratante, sempre que esses forem mais vantajosos do que os ofertados no respectivo contrato, desde que em conformidade com as normativas da ANATEL.

2.1.38. Disponibilizar o detalhamento da conta em arquivo eletrônico e/ou software, conforme seguir:

2.1.38.1. Mensalmente e de forma gratuita, juntamente com a Nota Fiscal, o detalhamento dos serviços prestados de voz em arquivo eletrônico compatível com arquivo de texto no formato EXCEL, TXT, no padrão FEBRABAN (versão 3 ou superior, conforme www.febraban.org.br), incluindo detalhes das chamadas (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada, outros).

2.1.39. Adaptar, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias corridos**, contado da data de início da prestação dos serviços, o modelo de apresentação das contas telefônicas às características exigidas no Termo de Referência.

2.1.40. Fornecer, sempre que demandado pelo contratante, o arquivo do detalhamento da utilização dos serviços em formato eletrônico contendo a descrição do serviço, período de utilização no mês de referência (número de dias) e valor relativos aos serviços mensais ou mensalidade de aparelhos e equipamentos, no prazo de até **3 (três) dias úteis** contado da data da solicitação.

2.1.41. Disponibilizar um Portal Web de acesso via Internet que permita efetuar a gestão e controle de todas as linhas contratadas. Esse portal deverá ter, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

2.1.41.1. Especificação das chamadas por meio de acesso ou por grupos de meios de acesso previamente escolhidos pelo usuário, devendo conter no mínimo, as seguintes informações: data da realização da chamada, hora de início e término, duração e valor, número e local de origem e destino.

2.1.41.2. Total em minutos e em moeda corrente dos serviços por meio de

acesso selecionado.

2.1.41.3. Quantidade de minutos, por modalidade de chamada, consumidos pelo TRF1 no mês em referência.

2.1.41.4. Download em formato .PDF, .CSV ou .XLS do histórico de ligações de todo o TRF1, sendo personalizável por dia, mês ou ano, através de ligações recebidas, efetuadas, atendidas ou perdidas, do número de origem/destino específicos ou por grupos de meios de acesso previamente escolhidos pelo usuário, hora de início e término, duração.

2.1.41.5. Serviços contestados pelo TRF1 através do software, sendo que deve ser gerado, para cada contestação, um número de registro que a identifique.

2.1.41.6. Resumo geral e por tipo de serviço e ligação.

2.1.41.7. Permitir o cadastramento de no mínimo três gestores para acesso ao sistema.

2.1.42. O período de apuração (ciclo de tarifação) dos serviços constantes da conta telefônica, bem como o seu detalhamento, deverão corresponder aos serviços prestados no mês anterior à sua apresentação.

2.1.43. Conceder ao Contratante o login de acesso ao sistema de bilhetagem do PABX em nuvem, devendo ser criado no mínimo 03 (três) contas de acesso com privilégios de leitura, autorizando-as a pesquisar e filtrar todas as ligações recebidas e efetivadas do PABX em nuvem.

2.1.44. Responsabilizar-se pela manutenção, recuperação e segurança dos dados do serviço de gerenciamento online.

2.1.45. Prestar esclarecimentos e informações relativas às cobranças e faturamento que venham a ser solicitados pelo Contratante em até **48 (quarenta e oito) horas**.

2.1.46. Indicar profissional responsável técnico pela execução dos serviços, devidamente registrado no conselho profissional competente, com qualificação compatível com o objeto da contratação, compreendendo atividades relacionadas à implantação, configuração, administração e suporte de soluções de telefonia corporativa baseada em tecnologia VoIP e plataforma PABX em nuvem.

2.1.47. Não subcontratar, completa ou parcialmente, a parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste na prestação de serviço de telefonia fixa comutada, solução VoIP e plataforma PABX em nuvem. Esse conhecimento técnico especializado é essencial para garantir a correta execução dos serviços, minimizando o risco de falhas e interrupções no sistema de telefonia do Contratante.

2.1.47.1. A subcontratação fica limitada à atividade de instalação e programação dos equipamentos de telefonia e softphones.

2.1.48. Observar, na execução do objeto, os ditames da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

2.1.49. Dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou

colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei n. 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/ CNJ n. 363/2021 e da Lei n. 12.527/2011.

2.1.50. Comunicar ao Contratante, em até **03 (três) dias úteis**, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei n. 13.709/2018 (LGPD).

2.1.50.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei n. 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste contrato e seus anexos.

2.1.50.2. É vedado, na execução do objeto, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiverem acessos prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observadas as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei n. 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei n. 12.527/2011.

2.1.50.3. Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei n. 13.709/2018 (LGPD) e da Lei n. 12.527/2011.

2.1.50.4. Extinto o presente contrato ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei n. 13.709/2018 (LGPD).

3. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. Por este contrato, o Contratante obriga-se a:

3.1.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir o objeto deste contrato.

3.1.2. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, necessários à execução do objeto deste contrato.

3.1.3. Comunicar por escrito à Contratada qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços, determinando, de imediato, as providências necessárias à sua regularização.

3.1.4. Assegurar aos empregados da Contratada o acesso às instalações para entrega do objeto, respeitadas as normas internas (segurança, disciplina).

3.1.5. Designar servidor ou comissão para acompanhar e fiscalizar o cumprimento deste contrato.

3.1.6. Responsabilizar-se pela devolução dos aparelhos telefônicos cedidos em regime de locação, quando da troca por novos ou rescisão/término de contrato, restituindo-os em condições de funcionamento e com todos os acessórios, eximindo-se de qualquer indenização pelo uso e desgaste.

3.1.6.1. Quando do término do Contrato, o Contratante fará a solicitação expressa para o desligamento das linhas de telefonia VoIP, não se responsabilizando, a partir desta comunicação, por pagamentos de qualquer título, cujo fato gerador se deu após a comunicação de desligamento. A entrega dos aparelhos telefônicos e acessórios dar-se-á em até **30 (trinta) dias corridos** da comunicação para o desligamento.

3.1.7. Acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento deste contrato.

3.1.8. Emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas aos serviços contratados, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a entrega dos equipamentos, no prazo máximo de 01 (um) mês, contado do recebimento pelo contratante, podendo ser prorrogado, motivadamente, por igual período.

4. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da sua execução pelo gestor do contrato, de acordo com as cláusulas contratuais estabelecidas.

4.2. A gestão será exercida por servidor ou comissão designada pelo Contratante.

4.3. O gestor do contrato de que trata o subitem 4.2 desta cláusula, observado, no que couber, o Decreto n. 11.246/2022, deverá:

4.3.1. Manter registro de ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando todas as ações necessárias para a sua execução e regularização das faltas ou defeitos.

4.3.2. Promover todas as ações necessárias para a regularização das faltas ou defeitos observados no cumprimento deste contrato.

4.3.3. Comunicar formalmente à Contratada as irregularidades cometidas.

4.3.4. Autorizar, receber e atestar os documentos da despesa, quando comprovado a fiel e correta execução do objeto, para fins de pagamento.

4.3.5. Propor as glosas na(s) Nota(s) Fiscal (is)/Fatura(s) em decorrência de objeto não executado.

4.3.6. Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade.

4.3.7. Acompanhar a execução desta contratação de forma a alcançar o cumprimento integral da execução do seu objeto.

4.3.8. Encaminhar às autoridades competentes eventuais pedidos de alteração e prorrogação contratual, observando os requisitos legais e contratuais.

4.3.9. Manter registro de aditivos.

4.3.10. Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem atraso e descumprimento de cláusulas contratuais, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções contratuais cabíveis.

4.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

4.5. Expirada a vigência do contrato, o gestor informará à autoridade competente acerca do integral cumprimento do objeto para fins de registros e respectivo controle financeiro-orçamentário.

4.5.1. Observado o disposto no subitem 10.1.2 e não havendo pendências quanto a sua execução, o servidor ou comissão oficiará à Contratada, se for o caso, acerca da devolução da garantia prestada na forma do art. 96, § 1º, I, da Lei n. 14.133/2021.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DO RECEBIMENTO

5.1. As especificações técnicas dos serviços descritos estão previstas no item 4 do Anexo I do Edital e no Termo de Referência.

5.2. A forma de execução dos serviços, bem como as condições, prazos e local de execução/entrega, estão estabelecidos no item 6 do Anexo I ao Edital e no Termo de Referência.

5.3. Os serviços serão recebidos mensalmente, em até **10 (dez) dias úteis**, mediante atesto, contados da data do recebimento da nota fiscal devidamente protocolizada no setor competente do Contratante.

5.4. Em caso de conformidade da prestação dos serviços e da documentação apresentada, o Contratante fará o atesto da nota referente à prestação mensal.

5.5. Em caso de não conformidade, o atesto da nota fiscal respectiva ficará pendente até o saneamento das irregularidades constatadas pela fiscalização e os prazos interrompidos, estando a Contratada obrigada a manter a continuidade dos serviços independentemente do atesto da parcela anterior.

5.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n. 14.133/2021, comunicando-se à Contratada para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa com a execução do presente contrato correrá à conta dos recursos orçamentários consignados no Programa de Trabalho _____, no Elemento de Despesa ____.

6.2. Foi emitida a Nota de Empenho _____, em ____/____/____, no valor de R\$ _____ (_____), para atender as despesas oriundas desta contratação.

7. DO PREÇO

7.1. Pela execução dos serviços ora contratados, o Contratante pagará à Contratada:

7.1.1. **Mensalmente**, a importância correspondente aos pacotes contratados por valores fixos mensais das linhas ativas, e a locação, sob demanda, dos respectivos aparelhos e softphones.

7.1.2. **Eventualmente**, a importância correspondente ao serviço de chamada internacional sob demanda, sempre que houver sua efetiva utilização sob linhas ativas na modalidade. Esse serviço será ativado mediante solicitação expressa e prévia do Contratante e será cobrado por minutos utilizados.

7.1.3. Nos preços estão compreendidas todas as despesas concernentes à execução do objeto, tais como transporte, mão de obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas de qualquer natureza que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta contratação.

7.2. A Contratada será remunerada somente em relação às linhas e aparelhos IP/softphones habilitados.

7.3. Os serviços serão oferecidos em forma de pacotes com custo fixo mensal.

8. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

8.1. Os preços deste contrato poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

8.1.1. Tem-se como a data do orçamento estimado para essa contratação o dia _____, marcado pela conclusão da documentação necessária para a licitação.

8.1.2. São nulos de pleno direito quaisquer apuração de índice de reajuste que produza efeito financeiro equivalente aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

8.2. O reajuste dos preços terá como limite a variação do IST - Índice de Serviços de Telecomunicações - ou, na hipótese de extinção deste, por outro que venha a substituí-lo.

8.3. Caberá à Contratada solicitar o reajustamento dos preços e demonstrar a variação, mediante apresentação da respectiva planilha, bem como apresentar a documentação comprobatória do seu pleito.

8.4. No caso de eventual prorrogação contratual, nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o valor do contrato será reajustado após o interregno de um ano, que será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

8.4.1. As alterações decorrentes de reajustamentos serão formalizadas mediante Termo de Apostilamento.

8.5. Para fins de concessão do reajuste poderão ser realizadas diligências visando conferir a variação de custos alegada pela Contratada, considerando-se:

8.5.1. Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração Pública.

8.5.2. As particularidades deste contrato.

8.5.3. Indicadores setoriais, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

8.5.4. A disponibilidade orçamentária do Contratante.

8.6. O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerrar-se-á na data da prorrogação/ término de vigência contratual ou, se notificada para exercer o seu direito, não se manifestar em **15 (quinze) dias úteis**, obedecidas as seguintes disposições:

8.6.1. Caso a Contratada não solicite o reajuste dentro do prazo fixado no subitem 8.6, perderá, em cada período aquisitivo, o direito à revisão dos preços do contrato.

8.6.2. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste somente poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de **01 (um) ano**, contado da prorrogação do prazo de vigência do contrato.

8.7. Se, embora solicitado tempestivamente o reajuste, o índice aplicável não estiver disponível, a Contratada deverá formular novo pedido no prazo máximo de **30 (trinta) dias** contados da disponibilização desse índice na página oficial da entidade responsável pela sua publicação, ainda que o contrato esteja vencido ou prorrogado.

8.8. Os reajustamentos não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com fundamento no art. 124, II, "d", da Lei n. 14.133/2021.

9. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

9.1. Os prazos para liquidação e pagamento, considerando-se a forma de recebimento, apresentação do documento de cobrança e seu atesto estabelecido nos subitens 5.3, 5.4 e 5.5 deste contrato, terão como limite:

9.1.1. **10 (dez) dias úteis** para a liquidação da despesa, a contar da atestação da nota fiscal ou de documento de cobrança equivalente.

9.1.2. **10 (dez) dias úteis** para pagamento, contados da liquidação.

9.1.3. Os prazos serão interrompidos no momento em que a Contratada for notificada para regularizar quaisquer pendências que impeçam a liquidação ou o pagamento da despesa.

9.1.4. Para pagamento de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, os prazos de que tratam os subitens 9.1.1 e 9.1.2 desta Cláusula serão reduzidos pela metade.

9.1.5. A Contratada deverá informar ao Contratante todos os reajustes de tarifas homologados pela ANATEL, sob pena de suspensão dos pagamentos até o efetivo cumprimento desta obrigação.

9.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e fiscal. Eventuais atrasos de pagamentos nestas hipóteses não gerarão qualquer direito à alteração de preços ou compensação financeira.

9.2. A regularidade de que trata o subitem 2.1.5, especialmente com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF) e a Receita Federal e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta de Débitos relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), será confirmada antes do pagamento.

9.3. Havendo atraso no prazo estipulado no subitem 9.1 desta cláusula, não ocasionado por culpa da Contratada, o valor devido será corrigido, monetariamente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento e a da sua efetivação. A Contratada deverá formular o pedido, por escrito, ao Contratante, acompanhado da respectiva memória de cálculo e do respectivo documento de cobrança.

9.4. Os pagamentos serão creditados em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta-corrente, por ela indicada, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste contrato.

9.5. Os pagamentos, mediante emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

9.6. Caso a Contratada seja optante pelo “Simples”, deverá apresentar, também, cópia do “Termo de Opção” pelo recolhimento de tributo naquela modalidade.

9.7. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento interrompido, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.

9.8. O pagamento será retido ou glosado, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando:

9.8.1. A Contratada não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

9.8.2. A Contratada deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do fornecimento, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.8.3. Se por qualquer motivo alheio à vontade do Contratante for paralisada o fornecimento, sendo que o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

9.9. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas, inclusive aquelas em processo de apuração, ou indenizações, devidas pela Contratada, nos termos deste Contrato.

9.10. Os pagamentos estarão sujeitos à retenção na fonte dos tributos, conforme legislação vigente.

10.DA PRESTAÇÃO DA GARANTIA

10.1. Objetivando assegurar o fiel cumprimento deste contrato, a Contratada deverá apresentar a garantia contratual, numa das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei n. 14.133/2021, no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados da data inicial estabelecida no subitem 11.1 deste contrato, excepcionada a hipótese de escolha da modalidade Seguro-Garantia, que deverá ser prestada anteriormente à assinatura do contrato, como condição para sua celebração.

10.1.1. A Garantia será no valor de **R\$** _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

10.1.2. O prazo da garantia deverá abranger o período de execução do contrato e se estender por até **3 (três) meses** após o termo final da vigência do contrato, com vencimento previsto para _____.

10.1.3. No caso de apresentação de garantia na modalidade caução em dinheiro, a Contratada deverá efetuar o depósito na Caixa Econômica Federal, Agência 2301 – PAB – Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

10.2. A Contratada fica obrigada a fazer constar do documento de garantia, expressamente, sua vinculação a esta cláusula contratual.

10.3. A garantia deverá ser renovada/endossada a cada prorrogação ou alteração, reajustes/repactuações do contrato, no prazo de **10 (dez) úteis**, contados da assinatura do termo aditivo ou da notificação, na hipótese de reajustes/repactuações realizados mediante apostila ao contrato.

10.4. A garantia, independente da modalidade escolhida, deverá assegurar:

10.4.1. Pagamento imediato pela ocorrência de quaisquer eventos danosos previstos no contrato, notadamente os relativos a multas moratórias e/ou compensatórias, mediante simples apresentação, pelo Contratante, do valor apurado ou fixado de acordo com as pertinentes cláusulas deste contrato.

10.4.2. Cobertura de prejuízos causados ao Contratante, decorrentes de culpa ou dolo da Contratada na execução do contrato, apurados em regular processo administrativo, até o limite previsto no subitem 10.1.1.

10.4.3. Renúncia expressa aos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro, na hipótese de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária. (Lei n. 10.406/2002).

10.5. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à

Contratada.

10.6. No caso de penalidade imposta pelo Contratante, basta a apresentação da decisão final exarada no processo administrativo para que o correspondente valor seja recolhido ao erário, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, na forma fixada pelo Contratante, independentemente de anuência, autorização ou manifestação da Contratada.

10.7. Sancionada a Contratada, caso esta não realize o pagamento no prazo fixado, correspondente valor será exigido do garantidor mediante simples comunicação escrita.

10.8. Se o valor da garantia ou parte desta for utilizado para pagamento dos eventos indicados nos subitens 10.4.1 e 10.4.2 desta cláusula, obriga-se a Contratada a efetuar a respectiva reposição ou complementação, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação feita pelo Contratante.

10.9. Em caso de alteração do contrato, a Contratada deverá apresentar nova garantia na mesma modalidade da anterior ou complementar a já existente, no prazo previsto no subitem anterior.

10.10. Caso a Contratada não cumpra o disposto nos itens anteriores, dentro do prazo estipulado, o Contratante poderá reter cautelarmente o valor da garantia dos pagamentos devidos, até a sua regularização, sendo todo o ônus decorrente de responsabilidade da Contratada.

10.10.1. Em caso de retenção de que trata o subitem 10.10, o Contratante oficiará a Contratada para, em novo prazo de até **5 (cinco) dias úteis** contados da data da notificação, regularizar a prestação da garantia.

10.11. A garantia ou seu saldo será liberada ou restituída conforme o disposto no subitem 4.5.1 deste contrato, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais.

11. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

11.1. Este contrato entra em vigor a partir de _____ e vigorará por **60 (sessenta) meses**, observado o disposto no art. 106 da Lei n. 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período ou fração, mediante acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, incluindo os primeiros 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 107 da mesma Lei.

11.1.1. Este contrato tem seu término previsto para _____.

11.2. Para o encaminhamento do pedido de prorrogação do contrato, o gestor do contrato deve observar os seguintes requisitos:

11.2.1. Prestação regular dos serviços.

11.2.2. Manutenção do interesse do Contratante na realização do serviço.

11.2.3. Permanência da vantagem econômica para o Contratante.

11.2.4. Manifestação expressa da Contratada quanto ao interesse na prorrogação.

11.2.5. Verificação se houve declaração de inidoneidade ou suspensão da Contratada no âmbito da União ou do Contratante.

11.3. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível proceder aos cálculos devidos para fins de reajuste do contrato, caberá à Contratada, no ato que manifestar anuência com a prorrogação, requerer a inclusão de cláusula no termo aditivo de prorrogação para garantir o seu direito a essa revisão dos preços.

11.4. O contrato não será prorrogado quando a Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensão no âmbito da União ou do Contratante, enquanto perdurarem os efeitos.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste contrato, observado os termos dos arts. 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021, as seguintes sanções:

- a) Advertência.
- b) Multa.
- c) Impedimento de licitar e contratar.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

12.1.1. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do subitem 12.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo subitem.

12.2. O atraso injustificado na execução do objeto desta contratação ou qualquer outra infração contratual, com exceção das previstas nos subitens 12.4 e 12.5, sujeitará a Contratada à multa de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia, calculada sobre o valor da ordem de fornecimento, até o limite de **10 (dez) dias**.

12.2.1. A partir do 11º dia, a multa por dia passa a ser de **1% (um por cento)**, até o limite de **8% (oito por cento)**, considerado o limite total de **13% (treze por cento)** da multa cumulada com a penalidade do subitem 12.2.

12.3. Para as obrigações que não tenham prazo previamente estabelecido, o Contratante notificará a Contratada, fixando prazo para seu cumprimento. Esgotado esse prazo sem a devida execução, a Contratada será considerada em mora, aplicando-se, nesse caso, o disposto no subitem 12.2.

12.4. Se em decorrência de ação ou omissão, que não resulte em inexecução parcial ou total do objeto contratado e que não tenha sido objeto de multa anterior, o cumprimento da obrigação se tornar inútil em momento posterior, a Contratada estará sujeita à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato e por ocorrência.

12.4.1. O valor da multa de que trata o subitem 12.4 não poderá ser superior àquela que seria cabível caso a obrigação tivesse sido entregue em mora.

12.5. A inexecução parcial ou total deste contrato por parte da Contratada poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de **15% (quinze por cento)** sobre a parte não executada ou sobre o valor total contratado, respectivamente.

12.6. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste contrato, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

12.6.1. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para a entrega deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

12.6.2. O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções

previstas neste contrato.

12.7. Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 12.2.

12.8. As multas ou os danos/prejuízos apurados poderão ser descontados dos pagamentos porventura ainda devidos, ou descontados da garantia contratual, ou recolhidos ao tesouro nacional, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data da notificação, ou, ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente, nos termos do § 8º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

12.9. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.10. O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

13. DA RESCISÃO

13.1. O Contratante se reserva o direito de extinguir unilateralmente o presente contrato, na ocorrência de qualquer das situações previstas no art. 137, incisos I a IX e art. 138, inciso I, todos da Lei n. 14.133/2021.

13.2. O presente contrato poderá, ainda, ser extinto por acordo entre as partes ou judicialmente, nos termos constantes no art. 138, incisos II e III, da Lei n. 14.133/2021.

14. DA PUBLICAÇÃO

14.1. O presente contrato e eventuais aditivos serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como condição indispensável para a sua eficácia, conforme o disposto no [art. 94 da Lei 14.133/2021](#). Em caso de impedimento, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial da União.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Toda e qualquer comunicação/informação/notificação/intimação e envio de documentos (contrato e demais documentos) à Contratada será feita pelo e-mail informado no preâmbulo deste contrato, ou outro que o substitua, apontado formalmente pela Contratada.

15.2. É de exclusiva responsabilidade da Contratada o fornecimento e manutenção de e-mail atualizado, até mesmo na hipótese de obrigações pós-contratuais.

15.3. Em caso de inobservância do previsto no subitem 15.2, o Contratante poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação via postal/pessoal.

15.4. Frustradas as tentativas na forma do subitem 15.3, o Contratante poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação da Contratada mediante publicação no Diário da Justiça Federal da 1ª Região – e-DJF1, disponível no site do Contratante (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/publicacoes/diarios-da-justica/diarios-da-justica.htm>), para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses legais em que se determine publicação no Diário Oficial da União.

16. DO FORO

16.1. Fica eleito pelas partes o foro federal, no Distrito Federal, para dirimir toda e qualquer dúvida oriunda deste contrato, com renúncia de qualquer outro.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato por meio de senha eletrônica.

Juíza Federal **DAYSE STARLING MOTTA**
Diretora-Geral da Secretaria do TRF 1ª Região

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Kelly Fritsch, Técnico Judiciário**, em 06/05/2026, às 12:51 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **25043516** e o código CRC **DF36D90A**.

ANEXO I DO CONTRATO N. ____/2026
PLANILHA DE PREÇO (Em R\$)

Subitem	Descrição (24972402 , p. 51-52)	Und	Qtd Estimada	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total
1.1	Assinatura mensal sob demanda. Demais características: conforme especificado na planilha do Anexo II do Edital.	Und.	1.440			
1.2	Tráfego Telefônico Internacional: Ligações LDI (LDI - STFC - FF/FM), Origem Fixo - Destino Qualquer País/Região.	Min.	100			
1.3	Aparelho IP (locação sob demanda). Demais características: conforme especificado na planilha do Anexo II do Edital.	Und.	824			
1.4	Softphone (licença sob demanda). Demais características: conforme especificado na planilha do Anexo II do Edital.	Und.	616			

ANEXO II DO CONTRATO N. ____/2026
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores - CEP 70070-900 - Brasília - DF - www.trf1.jus.br 0029423-90.2023.4.01.8000	25043516v8
---	------------